

Capítulo 2

Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

No geral, os fluxos financeiros externos em África continuaram estáveis, apesar da queda do preço das matérias-primas. Este capítulo analisa as tendências relativas a estes fluxos, quer a redução do investimento direto estrangeiro e do investimento de carteira, quer a subida das remessas dos emigrantes e da ajuda pública ao desenvolvimento. O capítulo analisa, igualmente, a receita fiscal em África, que registou uma diminuição devido à queda nas receitas provenientes de recursos naturais. Esse também aborda as oportunidades e desafios das políticas para atração de fluxos financeiros, incluindo a necessidade de estabilizar os fluxos externos e de implementar políticas estruturais de médio e longo prazo, que estejam incluídas no âmbito da Agenda 2063 da União Africana e que busquem o desenvolvimento do continente.

Resumo

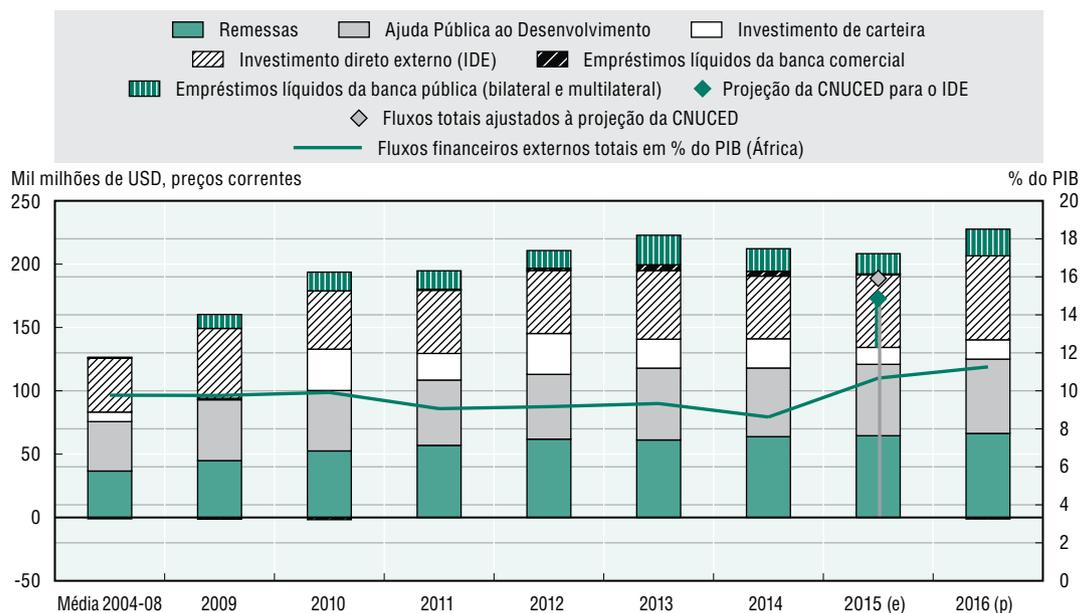
Em 2015, África atrai um valor estimado de 208.3 mil milhões de USD de financiamento externo – investimento estrangeiro, comércio, ajuda ao desenvolvimento, remessas e outras fontes -, o que representa uma descida de 1.8% face ao ano anterior. Prevê-se que este total volte a subir em 2016, atingindo 226.5 mil milhões de USD. A queda do preço das matérias-primas, especialmente do petróleo e metais, foi uma das principais causas do decréscimo registado em 2015. Os investimentos de carteira e os fluxos de crédito da banca comercial foram bastante afetados, em reflexo de uma liquidez global mais limitada e de um mercado receoso em relação aos riscos. O aumento das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento contribuíram para manter os valores a um bom nível. Os governos africanos devem estabilizar a entrada de fluxos financeiros a curto prazo e utilizá-los para promover uma diversificação económica sustentável, a longo prazo. A descida das receitas provenientes de recursos naturais significa, igualmente, que os governos terão de encontrar formas para alargar a base fiscal para além do petróleo e das matérias-primas.

África depende fortemente do capital público e privado estrangeiro

Os fluxos financeiros para África – investimento direto estrangeiro, investimentos de carteira e obrigações, banca comercial, crédito bancário bilateral e multilateral, ajuda pública ao desenvolvimento e receitas públicas internas – continuaram estáveis, no geral, apesar das fracas condições verificadas noutras partes do mundo.

Em 2015, os fluxos externos totais com destino ao continente africano foram estimados em 208.3 mil milhões de USD, em comparação com 212.1 mil milhões de USD no ano anterior. Espera-se, contudo, que este valor aumente novamente em 2016, atingindo 226.5 mil milhões de USD.

Figura 2.1. Fluxos financeiros externos em África, média 2004-08, 2009-16
(mil milhões de USD a preços correntes e % do PIB)



Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda Programável por País (APP) da OCDE (2016). A previsão de remessas baseia-se na taxa mundial de crescimento prevista pelo Banco Mundial.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2014b, 2015c); OCDE (2016); *Perspetivas económicas em África*; Banco Mundial (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391231>

A análise dos dados revela dois números completamente diferentes sobre o investimento direto estrangeiro (IDE). De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) (2015a), de outubro de 2015, o investimento estrangeiro em África aumentou 16% ao longo do ano. Em contrapartida, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) (2016) apresenta um decréscimo de 31.4% no IDE em 2015. Uma tal evolução significa que os fluxos financeiros totais teriam sido reduzidos a 188.8 mil milhões de USD, representando uma queda de 11% face a 2014. Os fluxos de carteira diminuíram 42%. O crédito da banca comercial também apresentou uma queda significativa, em 2015, embora o efeito no montante global seja pouco relevante, uma vez que essa é uma fonte pequena de financiamento externo em África.

As remessas dos emigrantes e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) desempenharam um papel importante nos valores totais. As remessas aumentaram 1.2% e a APD 4.0%. A entrada de fluxos de crédito público, bilateral e multilateral, registou um aumento, embora a contribuição desta fonte para os fluxos financeiros totais tenha decrescido 10%, devido ao pesado calendário de amortizações dos empréstimos em 2015.

A queda do investimento de carteira reflete-se na diminuição dos fluxos privados em África

Os fluxos financeiros privados com destino ao continente africano aumentaram de um valor médio de 87 mil milhões de USD, no período entre 2004 e 2008, para 129 mil milhões de USD em 2011, apesar da desaceleração após a crise financeira global de 2008-09. No entanto, os fluxos privados diminuíram de 146 mil milhões de USD, em 2012, para 136 mil milhões, em 2015. As previsões apontam para um aumento de 8%, em 2016 (Tabela 2.1).

O investimento direto estrangeiro em África aumentou progressivamente entre 2007 e 2013. Em 2014, contudo, o IDE apresentou uma queda, atingindo o valor de 49.4 mil milhões de USD, tendo, contudo, apresentado uma recuperação em 2015, ano em que chegou ao valor de 57.5 mil milhões de USD, segundo as estimativas do FMI (2015a). O continente africano atraiu investimentos de países industrializados como os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, bem como de economias emergentes, como a África do Sul, os Emirados Árabes Unidos, a China e a Índia. O investimento continua a ser maioritariamente direcionado para os países ricos em recursos naturais, mas os países pobres em tais recursos estão a tornar-se mais atrativos. O setor extrativo, as infraestruturas e as indústrias orientadas para o consumo são os principais setores mais atrativos para o IDE.

As estimativas da CNUCED para o investimento em África em 2015 são mais negativas, refletindo uma forte queda na África do Sul (-74%), em Moçambique (-21%) e na Nigéria (-27%). Se fossem utilizados os dados da CNUCED, e não os dos FMI, o financiamento privado teria diminuído 19.5%, em 2015, atingindo um valor de 116 mil milhões de USD. Os fluxos financeiros totais teriam decrescido 12.8%, chegando apenas aos 188.8 mil milhões de USD.

Os fluxos de carteira registaram queda, partindo de um valor de 23 mil milhões de USD em 2014, para atingir o valor de 13 mil milhões em 2015. No segundo semestre de 2015, registou-se uma saída líquida de investimento de carteira. Os fluxos de obrigações mantiveram-se relativamente estáveis. O crédito líquido da banca comercial atingiu um valor exíguo, se comparado com outras fontes de financiamento externo. Este fluxo financeiro registou um valor de 3.8 mil milhões de USD em 2014, e caiu para 500 milhões

de USD, em 2015, prevendo-se que continue a decrescer em 2016. As remessas continuam a ser a principal fonte de financiamento externo, atingindo 64 mil milhões de USD em 2015. Se comparadas com a volatilidade do investimento estrangeiro e do investimento de carteira, as remessas são consideradas um fluxo mais estável e podem até ter um comportamento contra-cíclico perante choques económicos externos (PNUD, 2011). Os países desenvolvidos continuam a ser a origem predominante das remessas para África, nomeadamente os Estados Unidos, a França e o Reino Unido, mas os fluxos de remessas provenientes dos países árabes e de países africanos como a África do Sul, os Camarões e a Côte d'Ivoire também são importantes. O Banco Mundial prevê um ligeiro aumento das remessas em 2016, que deve atingir um valor na ordem dos 65.6 mil milhões de USD. No entanto, o fraco crescimento económico europeu e a queda dos preços do petróleo nos países do Golfo podem afetar as remessas em África (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. Fluxos financeiros e receitas fiscais em África, 2004-16
(mil milhões de USD, preços correntes)

		2004-08	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015e	2016p
Externos Privados	Investimento direto estrangeiro (IDE)	42.8	55.1	46.0	49.8	49.7	54.2	49.4	57.5	66.3
	Investimento de carteira	7.5	1.2	32.7	21.0	32.3	22.8	23.1	13.4	15.2
	Remessas	36.7	44.9	52.5	57.0	61.9	61.2	63.8	64.6	66.4
	Crédito da banca comercial (líquido)	0.5	-1.3	-1.7	0.8	1.8	4.5	3.8	0.5	-1.2
	Crédito da banca pública, líquido (bilateral e multilateral)	-1.0	11.0	14.8	14.5	14.0	23.3	17.8	16.0	21.0
Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (Total líquido, total dos doadores)	39.0	48.0	47.7	51.5	51.1	56.7	54.2	56.4	58.7
	Total de fluxos externos	125.5	158.9	192.0	194.8	210.7	222.8	212.2	208.3	226.5
Internos	Receita tributária	281.0	302.9	367.8	453.2	458.8	468.5	461.2		

Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda programável por País (APP) na OCDE (2016). A previsão para as remessas é baseada na taxa prevista de crescimento mundial, do Banco Mundial.

Fonte: Cálculos dos autores, baseados em dados do FMI (2014b, 2015c), OCDE (2016), *Perspetivas económicas em África*, Banco Mundial (2015b).

Os fluxos financeiros públicos continuam estáveis

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento – em donativos e empréstimos concessionais – registou um aumento em 2015, após uma ligeira queda em 2014. A APD continua a ser a principal fonte pública de financiamento em África, tendo atingido 56 mil milhões de USD em 2015, e prevendo-se um crescimento de 4.1% para 2016. O crédito público da banca, dos atores bilaterais e multilaterais, caiu de 17.8 mil milhões de USD, registados em 2014, para 16 mil milhões em 2015, embora se estime uma subida para 21 mil milhões de USD, em 2016.

Entre os principais financiadores do investimento em infraestruturas no continente africano estão o People's Bank of China, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco Chinês de Importações-Exportações. Para além dos financiadores habituais como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimento, espera-se que o Novo Banco de Desenvolvimento BRICS, fundado em 2014, contribua significativamente para a campanha africana de concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, complementando as instituições financeiras públicas e privadas já existentes (UN DESA, 2015b; UN DESA, 2016).

No geral, as receitas públicas internas dos países africanos estão em baixa, principalmente devido à queda dos impostos sobre as receitas dos recursos naturais. Enquanto os países com matérias-primas se viram confrontados com uma redução do rácio impostos-PIB em todas as categorias, os países pobres em recursos naturais aumentaram as suas receitas fiscais e o rácio dos impostos em relação ao PIB.

África enfrenta a volatilidade dos fluxos de IDE

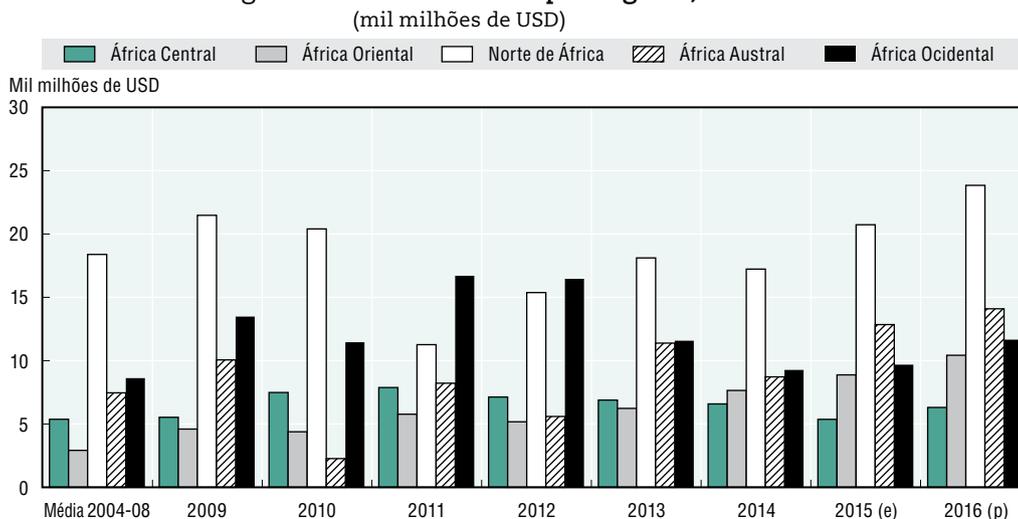
De acordo com dados do FMI, o investimento estrangeiro em África aumentou 16%, atingindo 57.5 mil milhões de USD em 2015. Os fluxos de investimento para o Norte de África reverteram a trajetória negativa, com um aumento de 20% entre 2014 e 2015, passando de 17.2 milhões para 20.7 milhões de USD. A África Oriental tem registado um aumento do IDE desde 2010. Entre 2014 e 2015, este fluxo passou de 7.7 mil milhões para 8.9 mil milhões de USD, o que corresponde a um aumento de 16%. Na África Central, o IDE registou uma queda de um valor de 6.6 mil milhões para 5.4 mil milhões de USD, no mesmo período. Em 2015, o IDE na África Austral foi de 12.9 mil milhões de USD, comparativamente a 8.7 mil milhões em 2014 e 11.4 mil milhões em 2013.

Em 2015, os principais destinos do investimento em África foram: o Egito (10.2 mil milhões de USD), Moçambique (4.7 mil milhões), Marrocos (4.2 mil milhões), a África do Sul (3.6 mil milhões), o Gana (2.5 mil milhões), a República Democrática do Congo (2.5 mil milhões), a Zâmbia (2.4 mil milhões), a Tanzânia (2.3 mil milhões), a Etiópia (2.1 mil milhões), a Guiné e o Quênia (ambos com 1.9 mil milhões). África atraiu investimento estrangeiro de muitos países, nomeadamente dos Estados Unidos, da França e do Reino Unido, bem como de economias emergentes como a África do Sul, a China, os Emirados Árabes Unidos e a Índia (Figura 2.2).

A atividade terrorista e a deterioração da segurança em alguns países do Sahel, assim como a instabilidade política, são uma ameaça ao investimento. Vários fatores internos e externos influenciam o retorno do investimento, incluindo as dificuldades económicas encontradas pelos países emergentes e a fraca recuperação na União Europeia. A queda dos preços do petróleo e dos metais tem levado os investidores externos a reduzir as suas operações nos países ricos em recursos naturais. No entanto, há também um lado positivo. Os serviços e a indústria transformadora em África poderão beneficiar de um aumento dos fluxos, decorrente de moedas mais fortes na China e nos Estados Unidos (dólar norte-americano e yuan renminbi chinês). O investimento proveniente das economias emergentes e direcionado para as competências e para o desenvolvimento de infraestruturas em África pode ajudar a ultrapassar a dependência do IDE baseado nos recursos naturais.

O investimento no Norte de África teria decrescido, se não fosse considerado o Egito. Neste país, o IDE aumentou de 5.5 mil milhões de USD em 2014, para 10.2 mil milhões de USD em 2015. Os investidores dos Emirados Árabes Unidos desempenharam um papel importante na recuperação do Egito. Os fluxos de IDE para Marrocos registaram uma diminuição entre 2014 e 2015, de 4.7 mil milhões para 4.2 mil milhões de USD. No entanto, em 2015, Marrocos tornou-se o terceiro principal recetor de investimento estrangeiro em África. As empresas europeias são as principais investidoras em Marrocos, que beneficia dos laços históricos e de proximidade com a Europa Ocidental, bem como de uma política pró-ativa de atração do IDE e de trabalhadores qualificados com salários inferiores aos da Europa. O investimento na Tunísia tem sido seriamente afetado pela turbulência política e económica verificada desde 2009. O IDE neste país caiu mais de 40% desde 2012, atingindo um valor de 1.1 mil milhões de USD em 2015. A incerteza da situação política e de segurança no Sahel representa um risco para a África Ocidental e para a África Central.

Figura 2.2. IDE em África por regiões, 2004-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2014b, 2015c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391247>

O investimento em matérias-primas tem sido fortemente afetado. A Nigéria registou uma queda acentuada nos últimos cinco anos, tendo passado de 8.1 mil milhões de USD em 2011, para 1.4 mil milhões em 2015. O Gana atraiu a maior parcela do IDE na África Ocidental (2.5 mil milhões de USD), seguido da Guiné (1.9 mil milhões), da Côte d'Ivoire (mil milhões de USD) e da Mauritânia (800 milhões). Países como a Libéria, o Senegal, a Serra Leoa e o Togo receberam menos de 500 milhões de USD cada, em 2015.

Na África Oriental, a Tanzânia e o Uganda registaram investimentos estáveis em 2015, atingindo respetivamente 2.3 mil milhões de USD e 1.3 mil milhões de USD. No Uganda, prevê-se que o setor petrolífero seja o principal setor de atração do investimento no futuro. Entre 2013 e 2015, o investimento no Quênia aumentou de 500 milhões para 1.9 mil milhões de USD. Na Etiópia, cresceu de 1.2 mil milhões para 2.1 mil milhões de USD, no mesmo período, sendo a maior parte de IDE em setores de mão-de-obra intensiva. Não obstante, os 32 projetos lançados no país em 2015 representarem apenas 4.4% do investimento total em África, estes correspondem a 18.5% dos empregos criados pelo IDE no continente africano. A Etiópia tem apresentado uma lenta abertura ao investimento estrangeiro nos setores de retalho e da indústria transformadora (fDi Markets, 2016).

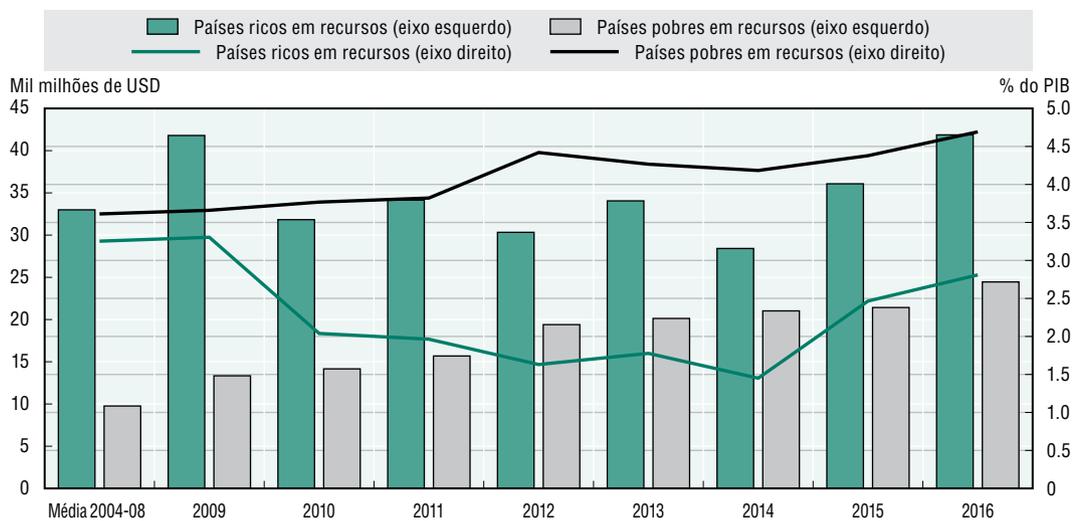
Em 2015, os fluxos de IDE para a República Democrática do Congo e para a República do Congo atingiram, respetivamente, 2.5 mil milhões de USD e 1.5 mil milhões de USD, em ambos os casos cerca de metade do registado em 2014. A África do Sul continua a ser um dos principais destinos do investimento externo na África Austral, embora se tenha verificado uma queda a partir de 2013 (ano em que atingiu 8.2 mil milhões de USD), isto é, em 2014 (4 mil milhões) e em 2015 (3.6 mil milhões). Moçambique tornou-se, em 2015, o principal recetor de investimento estrangeiro na África Austral, atraindo 4.7 mil milhões de USD.

Os setores orientados para o consumo atraem um investimento direto estrangeiro crescente

Os países ricos em matérias-primas continuam a atrair a maioria do investimento externo, mas há um aumento da parcela do IDE destinada a países sem grandes recursos naturais. Os países africanos pobres em recursos naturais receberam 37% do IDE em 2015, em comparação com uma percentagem de 30% registada em 2010 (Figura 2.3). Entre 2010 e 2015, o rácio do IDE em relação ao PIB, nos países sem grandes recursos naturais

subiu de 3.8% para 4.4%. Já nos países ricos em recursos naturais, este rácio aumentou de 2.0% para 2.5%, no mesmo período. Diversos países sem recursos significativos têm atraído investidores, nomeadamente o Quênia, a Tanzânia e o Uganda, o que reflete uma mudança para bens de consumo. O Quênia está a tornar-se o polo de negócios da África Oriental nos setores da indústria transformadora, transportes, serviços e tecnologias de informação e comunicação (TIC) (McKinsey, 2015a e 2015b).

Figura 2.3. Investimento direto externo em África: Países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais, 2000-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2014b, 2015c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391254>

O índice Herfindahl-Hirschman, que é um rácio de concentração, revela uma transição para as TIC, para os serviços e para a indústria transformadora no continente africano. O índice foi de 0.43 em 2003, 0.18 em 2014 e 0.14 em 2015. Esta tendência é confirmada, igualmente, pelos dados dos projetos de raiz anunciados em 2015, os quais revelam que os serviços e a indústria transformadora representam cerca de 54% do valor total dos projetos em África (fDi Markets, 2016). O investimento começa a diversificar-se para indústrias orientadas para o mercado de consumo, nomeadamente as TIC, o retalho, a alimentação e os serviços financeiros.

As cidades africanas são polos futuros de investimento

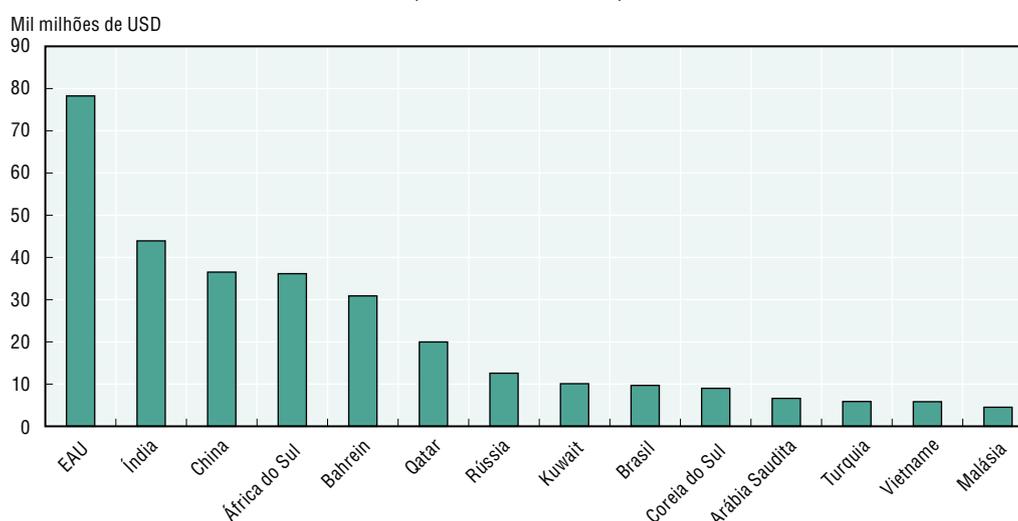
Com a urbanização, as cidades africanas veem crescer mercados de consumo cada vez mais apetecíveis para os investidores estrangeiros. Haverá um aumento do rendimento disponível e do poder de compra nas maiores cidades africanas (Oxford Economics, 2015). As estimativas demonstram que o PIB das grandes cidades está em crescimento. As cidades mais importantes serão o Cairo, a Cidade do Cabo, Joanesburgo, Lagos e Luanda. Esta classificação reflete a qualidade do ambiente de negócios, das infraestruturas e logística, bem como a disponibilidade de mão-de-obra qualificada.

A recente onda de investimentos em infraestruturas indica que os países estão a investir em corredores de transporte para interligar os aglomerados urbanos e transformá-los em *clusters* urbanos. Entre os exemplos estão o grande corredor urbano Ibadan-Lagos-Acra, o Corredor de Desenvolvimento de Maputo e o Corredor Norte entre a África Oriental e Central. Estes investimentos aumentarão com um aprofundamento da integração dos mercados, por meio da redução dos custos de transporte e de comércio. Os investimentos promovem também a concorrência e a produtividade, o que tornará os polos africanos mais atrativos para os investidores estrangeiros.

A China, a Índia e outras economias emergentes são fontes importantes de IDE

Apesar dos Estados Unidos e dos países da União Europeia continuarem a ser os principais investidores em África, as economias emergentes são também uma fonte fundamental. A parcela da Índia nos projetos de investimento de raiz previstos para África aumentou de 3.3% no período de 2003-08, para 6.1% no período de 2009-2015. Já a importância da China diminuiu de 4.9% para 3.3%. Em 2015, os Estados Unidos representaram 9.7% e a União Europeia 37.4% do total de investimento de raiz (fDi Markets, 2016). Os investidores emergentes mais significativos são a África do Sul, o Bahrein, a China, a Índia, o Qatar, e os Emirados Árabes Unidos (Figura 2.4). Os investidores do Médio Oriente lideram esta lista, tendo injetado mais de 100 mil milhões de USD na última década.

Figura 2.4. Fluxos de IDE das economias emergentes em África, 2003-15
(mil milhões de USD)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados fDi Markets (2016).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391261>

O investimento de raiz em África promove os serviços e a indústria transformadora

Embora o investimento de raiz tenha diminuído em 2015, verifica-se uma tendência de concentração progressiva de tais investimentos nos serviços, na indústria transformadora e em zonas económicas especiais; uma tal evolução pode impulsionar a transformação estrutural em África. Em 2015, os principais investidores no que respeita a projetos de raiz anunciados foram a Itália (7.4 mil milhões de USD), os Estados Unidos (6.9 mil milhões), a França (5.8 mil milhões), o Reino Unido (4.9 mil milhões) e os Emirados Árabes Unidos (4.3 mil milhões). Em 2015, os Estados Unidos tinham 96 projetos de raiz, o Reino Unido 77 projetos, os Emirados Árabes Unidos 50 projetos e a Índia 45 projetos (fDi Markets 2016).

Os serviços e a indústria transformadora continuam a ser áreas-chave do investimento. Em 2015, 39.7% dos projetos de IDE de raiz anunciados para África e 24.6% dos custos de capital relacionados foram no setor da indústria transformadora. O setor dos serviços representou 51% dos projetos e 28.4% das despesas de capital. Verificaram-se grandes investimentos na indústria transformadora, principalmente em equipamentos eletrónicos, veículos motorizados e alimentação. O stock de IDE ligado aos serviços em África aumentou de forma significativa (fDi Markets, 2016).

A deslocalização da indústria transformadora e dos serviços, dos países avançados e emergentes para o continente africano, baseia-se no nível de salários e em zonas económicas especiais, podendo ganhar fôlego se os programas de apoio forem geridos de forma eficaz. Os países da África Oriental são um exemplo de como o continente pode explorar vantagens comparativas:

- Os países da África Ocidental têm uma economia mais diversificada do que os países ricos em recursos naturais e estão relativamente bem integrados enquanto região. O Burundi, Quênia, o Ruanda, a Tanzânia e o Uganda formam a Comunidade da África Oriental (EAC/CAO), que estabeleceu um mercado comum.
- O conjunto dos países da EAC/CAO e dos restantes países da África Oriental – incluindo a Etiópia, Madagascar, as Maurícias e as Seychelles – tem uma população de 300 milhões, com um PIB total de 530 mil milhões de USD

Os investimentos de carteira estão em baixa, mas os novos títulos demonstram resiliência

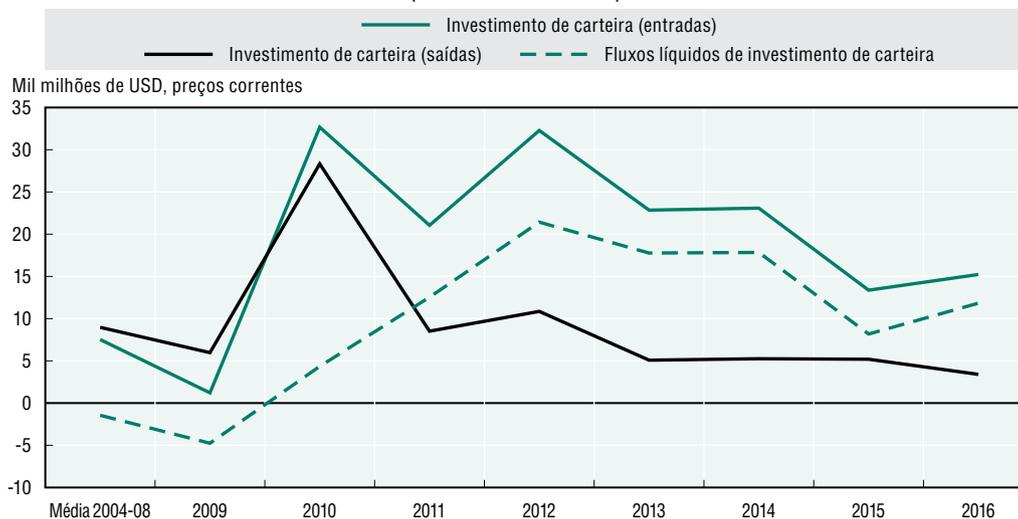
Em 2015, o montante de entradas de investimento de carteira em África foi metade do registado no período entre 2012 e 2014. As emissões de obrigações continuaram a resistir, mas houve uma reversão dos fluxos de investimento de carteira no segundo semestre de 2015. Durante a última década, o peso das entradas de investimento de carteira no investimento total aumentou, registando picos nos anos de 2006 e 2012. Uma evolução importante nos anos 2000 foi o aumento da dependência dos governos africanos face aos mercados no que se refere ao financiamento da dívida interna e externa.

Se comparados com as economias emergentes, os fluxos de carteira para os principais mercados africanos têm demonstrado alguma resiliência. Segundo dados do Banco Mundial (2016a), os investidores mundiais retiraram aproximadamente 52 mil milhões de USD dos mercados emergentes, em fundos de ações e obrigações, no terceiro trimestre de 2015.

As entradas de investimento de carteira diminuíram drasticamente durante a crise financeira global de 2008-09. Pelo contrário, desde 2010, a entrada bruta de investimentos de carteira em África manteve-se a um nível positivo. Estes atingiram valores máximos em 2010 e 2012, acrescentando mais de 32 mil milhões de USD em cada ano. No entanto, o fim da flexibilização quantitativa (*quantitative easing*) nos Estados Unidos, a incerteza nos mercados petrolíferos e os riscos políticos têm pesado na perceção recente dos investidores em relação a África. Em 2015, as entradas brutas de investimento de carteira em África caíram 10 mil milhões de USD face a 2013 e 2014, situando-se nos 13.4 mil milhões de USD. Prevê-se que continuem estagnadas em 2016.

Em África, as saídas brutas de investimento de carteira mantiveram-se em torno dos 5 mil milhões de USD por ano, entre 2013 e 2015. Consequentemente, os fluxos líquidos de carteira no continente africano (entradas menos saídas) têm sido positivos desde 2010. Em África, estes fluxos contribuíram para uma poupança externa líquida na ordem dos 82 mil milhões de USD, no período entre 2010 e 2015, e para uma média anual de 13.7 mil milhões de USD.

Figura 2.5. Entrada e saída de investimentos de carteira em África, 2004-16
(mil milhões de USD)



Fonte: Ilustração dos autores, com base em dados do FMI (2015c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391274>

Os fluxos de investimento de carteira revelam grande volatilidade ao longo das duas últimas décadas. Entre 2009 e 2010, nomeadamente, passaram de uma saída líquida de capital para uma entrada líquida de mais de 20 mil milhões de USD. Desde então, os fluxos líquidos estabilizaram, atingindo apenas 1.2 mil milhões em 2015. Embora possam ser um instrumento importante de participação nos financiamentos, os fluxos de carteira não são uma fonte fiável de financiamento externo. As ofertas públicas internacionais (OPI), pelo contrário, são mais importantes para o financiamento das empresas. Entre 2010 e 2014, África mobilizou capitais sociais através de IPO e de outras ofertas que aproveitaram a expansão dos mercados bolsistas no continente. A Caixa 2.1. analisa este assunto de forma mais detalhada.

A volatilidade dos fluxos de investimento de carteira refletiu-se na maior parte dos mercados bolsistas em África, os quais revelaram uma rentabilidade negativa no segundo semestre de 2015. Muitos analistas consideram que a implementação de uma política mais restritiva por parte da Reserva Federal norte-americana é responsável pela recente contenção. Vários fatores internos contribuíram, igualmente, para uma menor procura dos investidores por ativos das economias emergentes. As preocupações dos investidores foram reforçadas pelo abrandamento do crescimento mundial, tendo com pano de fundo a queda dos preços das matérias-primas.

Caixa 2.1. Mobilização de capital através de ofertas públicas iniciais

A facilidade com que as empresas são cotadas nos mercados bolsistas por meio de ofertas públicas internacionais (OPI) é primordial para o financiamento empresarial em África. O relatório *IPO Watch Africa 2014* revela que entre 2010 e 2014 foram mobilizados 37.4 mil milhões de USD por meio de OPI e de ofertas adicionais nos mercados de capitais em África. As OPI corresponderam a 6.3 mil milhões de USD. Em 2014, estavam cotadas 24 empresas africanas nos mercados bolsistas, angariando 1.7 mil milhões de USD através de 24 OPI e de algumas cotações adicionais. As empresas cotadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo representaram 32% do capital total de OPI em África, em 2013, e 44% em 2014.

Na sequência da melhoria do sentimento dos investidores relativamente ao continente africano, entre 2010 e 2014, as tendências recentes das IPO revelam uma maior proporção de capital mobilizado nos mercados fora da África do Sul. Contrariamente às IPO, o capital mobilizado na África do Sul continua a dominar as ofertas adicionais, tendo este representado 87% dessas receitas em 2014.

Em 2013 e 2014, algumas das principais OPI tiveram uma componente internacional significativa, seja pelas empresas estrangeiras mobilizarem capital diretamente nas bolsas africanas, seja pelas empresas africanas comercializarem ações para investidores estrangeiros, através de cotações duplas (*dual listings*) ou de vendas a compradores institucionais estrangeiros. Entre 2010 e 2014, foram mobilizados 31.1 mil milhões de USD por meio de ofertas adicionais nas bolsas africanas e 1.2 mil milhões de capital adicional angariado pelas empresas africanas nas bolsas internacionais.

Joanesburgo (África do Sul) tem o maior número de empresas cotadas e a maior capitalização bolsista do continente africano, seguida do Cairo (Egito), Lagos (Nigéria) e Casablanca (Marrocos).

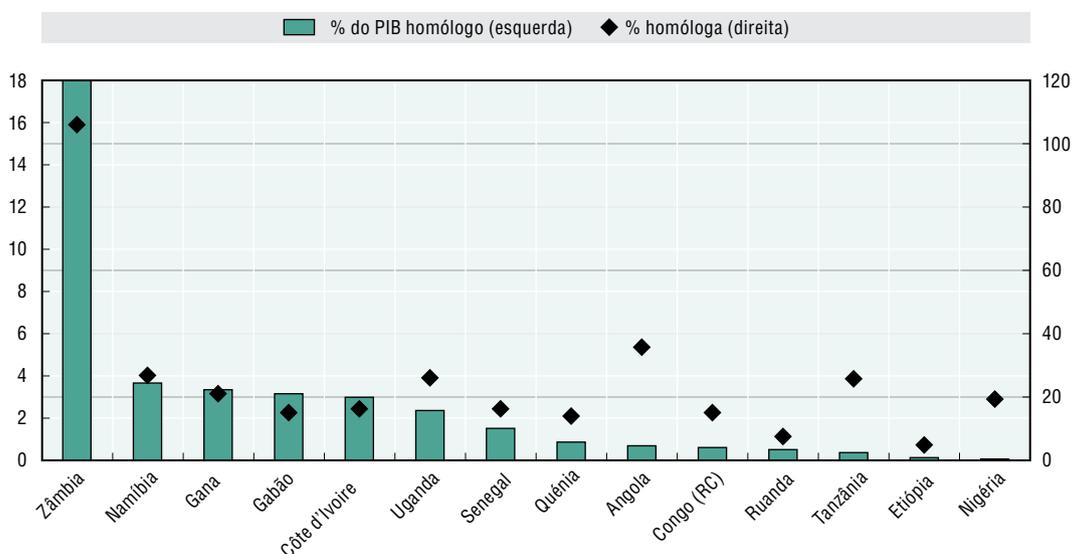
Fonte: PWC (2014).

A emissão de títulos soberanos nos países da África subsariana aumentou consideravelmente, entre 2011 e 2014. Em 2011, a emissão de obrigações atingiu mil milhões de USD e, no final de 2014, chegou a um valor de 6.2 mil milhões (Vellos, 2015). Alguns países beneficiaram de programas de alívio da dívida, como a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados ou a Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida. Até meados de 2014, as condições estáveis do mercado global e a perspectiva de maior retorno para os investidores abriram caminho a um maior acesso aos mercados internacionais, onde o retorno médio destas emissões de obrigações é de aproximadamente 6.6%, com uma maturidade média de 10 anos. Em 2015, alguns países enfrentaram a diminuição dos fluxos de crédito bancário e a saída líquida de investimento de carteira, pelo que continuaram a explorar o mercado mundial de obrigações para financiarem os seus programas de investimento. A Angola, os Camarões, a Côte d'Ivoire, o Gabão, o Gana e a Zâmbia lançaram obrigações soberanas em 2015. Angola e Camarões emitiram títulos a dez anos (Banco Mundial, 2016c). No final de 2015, a emissão de obrigações destes seis países correspondia a 6 mil milhões de USD. A emissão de *Eurobonds* por países da África subsariana com economias fortes (excluindo a África do Sul) comportaram-se razoavelmente em 2015 (Masetti, 2015). As emissões de obrigações em 2015 compararam-se ao volume anual recorde registado em 2013 e 2014, quando 12 países – muitos dos quais pela primeira vez – emitiram títulos num valor de 12 mil milhões de USD nos mercados internacionais de capital.

Os *spreads* dos empréstimos obrigacionistas refletiram a resistência da economia, as alterações no sentimento dos investidores e na notação de risco, particularmente no segundo semestre de 2015. Quando foram realizadas novas emissões, os países emissores tiveram de oferecer uma rentabilidade mais elevada, e os rendimentos nos mercados secundários atingiram máximos plurianuais. Na Côte d'Ivoire e na Zâmbia, a rentabilidade no mercado primário aumentou, respetivamente, 70 e 100 pontos base. No Gana, aumentou 260 pontos base em relação às últimas emissões de 2014, atingindo 10.8%. Angola, que emitiu pela primeira vez obrigações da dívida, teve de oferecer uma rentabilidade de 9.5%.

Em África, todos os títulos soberanos *Eurobonds* são denominados em dólares (USD), pelo que qualquer depreciação afeta o valor dos pagamentos do serviço da dívida em moeda local. Isto é potencialmente mais pernicioso para os encargos com juros do que para o aumento dos *spreads*. A queda das moedas face ao dólar, desde meados de 2014, tem afetado especialmente o kuanza de Angola, o dólar da Namíbia, o shilling da Tanzânia, o shilling do Uganda e o kwacha da Zâmbia, que perderam entre 20% a 51% face ao dólar norte-americano, em períodos homólogos. A Zâmbia foi particularmente afetada: em 2015, os custos do serviço da dívida aumentaram 18% em relação ao PIB (eixo esquerdo na Figura 2.6) e 106% em moeda local (eixo direito).

Figura 2.6. Variação do custo de serviço da dívida, África subsariana, 2015



Fonte: Masetti (2015).

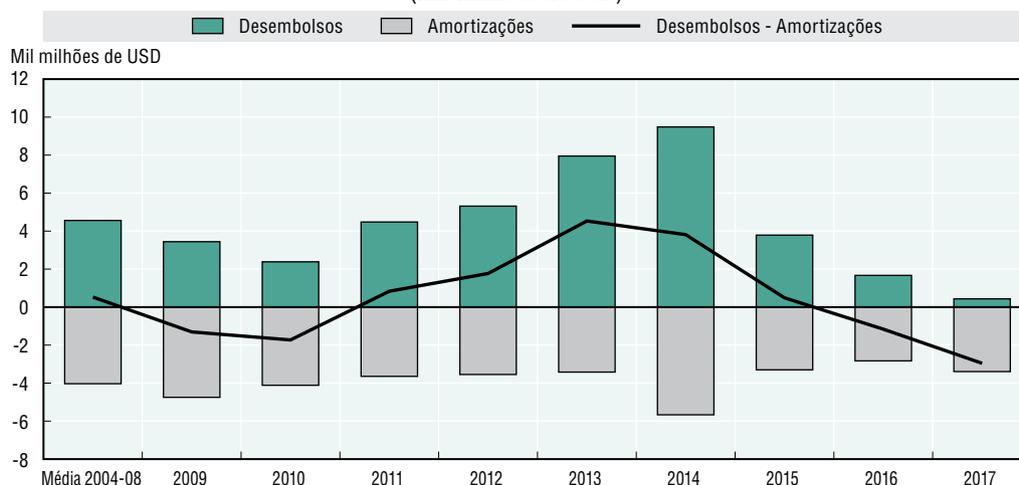
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391281>

Há um abrandamento dos fluxos de crédito bancário e um crescimento dos reembolsos dos empréstimos

Os fluxos públicos de crédito bancário em África, proveniente de fontes multilaterais, voltaram a subir em 2015, enquanto o crédito bancário bilateral foi drasticamente reduzido. Relativamente à banca comercial, o crédito líquido no continente africano foi negativo, uma vez que a redução dos desembolsos verificou-se em simultâneo com um aumento dos pagamentos de amortização. Alguns países são cada vez mais vulneráveis a perfis de financiamento da dívida pouco favoráveis e mais sensíveis a choques orçamentais.

Em 2015, os fluxos líquidos de crédito bancário para África estiveram fortemente concentrados no crédito bancário público. A Figura 2.7 demonstra que, pelo contrário, a banca comercial privada diminuiu drasticamente os novos empréstimos. Os empréstimos dos bancos comerciais foram cortados particularmente para clientes do Norte de África. Os fluxos brutos de crédito da banca comercial em África caíram de 9.5 mil milhões de USD, em 2014, para 3.8 mil milhões de USD, em 2015. Tendo em conta as amortizações, o crédito líquido da banca comercial diminuiu de 3.8 mil milhões para apenas 500 mil milhões de USD, no mesmo período. A previsão aponta para nova diminuição dos empréstimos da banca comercial em 2016 e 2017. Embora as amortizações programadas sejam de aproximadamente 3 mil milhões de USD, tanto em 2016 como em 2017, os fluxos líquidos de crédito da banca comercial irão provavelmente subtrair, ao invés de acrescentar, às poupanças internas em África. O crédito líquido da banca privada deverá atingir valores negativos de 1.16 mil milhões de USD em 2016 e de 2.96 mil milhões de USD em 2017.

Figura 2.7. Empréstimos líquidos da banca comercial em África, 2004-17
(mil milhões de USD)



Fonte: Banco Mundial (2016c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391292>

É difícil encontrar dados sobre as fontes de crédito bancário para África. O People's Bank of China, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco Chinês de Importações-Exportações apoiaram investimentos de larga escala nas infraestruturas africanas, mas não publicam informação atualizada (Pigato e Tang, 2015). Relativamente a outros credores bilaterais e multilaterais, a Economist Corporate Network (ECN) (2015) coloca entre os principais financiadores o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da África Austral, o Banco de Importações-Exportações dos Estados Unidos, o Banco Africano de Importações-Exportações, o Banco Europeu de Investimento, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco do Japão de Cooperação Internacional (JBIC), o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Apesar do crescimento constante das fontes de financiamento privadas, o financiamento público para o desenvolvimento garante 80% dos financiamentos para infraestruturas. A China lidera a lista de investidores, de acordo com um relatório publicado em 2015 pela ECN. Os atores públicos são uma fonte importante de financiamento externo em África, nomeadamente por meio das agências de crédito à exportação (Caixa 2.2). Segundo o *Relatório do Consórcio de Infraestruturas para África 2013*, 30% do financiamento é efetuado em donativos e 67% em empréstimos bancários e créditos à exportação.

Caixa 2.2. Quem financia as infraestruturas em África?

O Consórcio de Infraestruturas para África (ICA, na sigla inglesa) atua como uma plataforma para aumentar o financiamento das infraestruturas, apoiar a eliminação de obstáculos ao nível técnico e das políticas, facilitar a cooperação, e aumentar o conhecimento por meio da monitorização, reporte e partilha de boas práticas. Os seus relatórios anuais disponibilizam alguma informação sobre os compromissos de financiamento das infraestruturas africanas em quatro setores: energia, transportes, água e tecnologias da informação e comunicação. A Tabela 2.2 apresenta os dados para os maiores financiadores, com compromissos anuais reportados acima de mil milhões de USD.

Caixa 2.2. Quem financia as infraestruturas em África? (cont.)

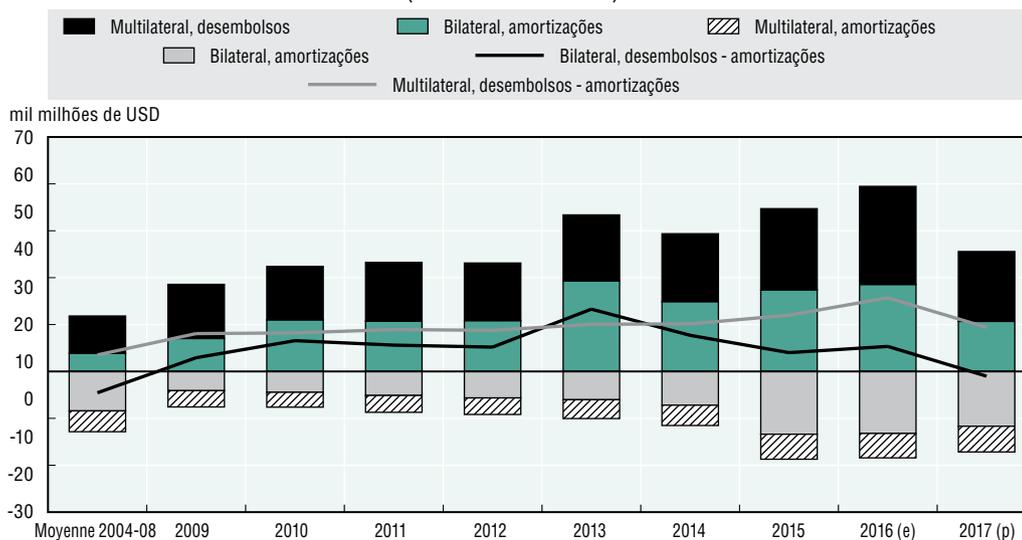
Tabela 2.2. Compromissos de financiamento por origem
(mil milhões de USD)

Origem	2013	2014
China	13.4	3.1
Europa	7.4	6.4
Estados Unidos	7.0	n.a.
Banco Mundial	4.5	6.5
BAD	3.6	3.6
Grupo de Coordenação Árabe	3.3	3.5
Japão	1.5	2.1
África do Sul	1.2	1.0
Total	99.6	74.5

Fonte: ICA (2014, 2015).

Desde 2008, os desembolsos de crédito bancário público para África provenientes de fontes bilaterais e multilaterais quase duplicaram (Figura 2.8). Nesse ano, estes empréstimos corresponderam a 18.6 mil milhões de USD. Já em 2015, atingiram 34.7 mil milhões de USD e prevê-se uma nova alta em 2016, em que este valor deve atingir 39.5 mil milhões de USD. Tendo em conta a amortização dos empréstimos em cada ano correspondente, a Figura 2.8 também fornece dados sobre os fluxos líquidos do crédito público.

Em 2015, os fluxos líquidos de crédito público (desembolsos menos amortizações) registaram um decréscimo, principalmente devido ao calendário das amortizações dos empréstimos bilaterais. Os pagamentos aos credores públicos bilaterais saltaram para 13 mil milhões de USD, em 2015, prevendo-se um valor similar em 2016. Comparativamente, os pagamentos aos credores bilaterais registados entre 2009 e 2014 foram muito mais baixos, com uma média de 5.4 mil milhões de USD por ano. Os fluxos públicos de crédito bancário registaram uma queda no Norte de África, uma vez que o crédito bilateral à região se tornou negativo em 2014, na sua maioria devido a um calendário pesado do Egito em termos de amortizações. Os países que contraíram mais empréstimos bilaterais na África subsariana são a Côte d'Ivoire e a República do Congo, principalmente devido a acordos com a China. Em África, os empréstimos públicos bilaterais representaram, em 2013, 53.7% do total, mas em 2014 ficaram abaixo dos empréstimos multilaterais.

Figura 2.8. Empréstimos líquidos da banca pública (bilaterais e multilaterais), 2004-17
(mil milhões de USD)

Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

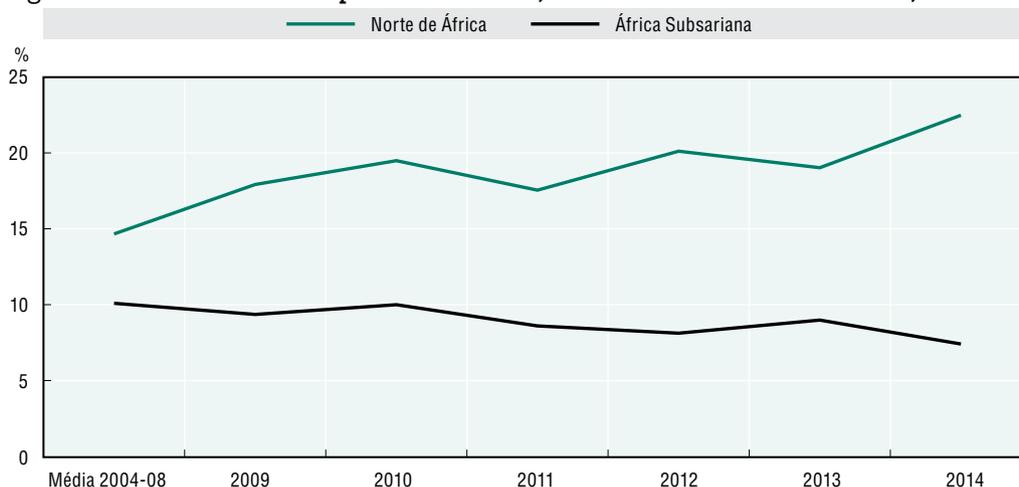
Fonte: Banco Mundial (2016c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391306>

Os bancos multilaterais de desenvolvimento fornecem, atualmente, o volume mais significativo de crédito bancário ao continente africano (Figura 2.8). Os fluxos líquidos de crédito bilateral têm diminuído desde 2014, mas os desembolsos líquidos dos bancos multilaterais em África não param de aumentar. Os valores brutos de novos desembolsos multilaterais para África atingiram níveis máximos em 2015, situando-se nos 17.3 mil milhões de USD. Prevê-se que os desembolsos continuem a aumentar em 2016, atingindo mais de 21 mil milhões de USD, mas as previsões do Banco Mundial apontam para a possibilidade de uma queda acentuada no ano seguinte.

No que respeita ao peso da dívida de curto prazo (com maturidade inferior a um ano) na dívida externa total, verifica-se uma grande diferença entre a África subsariana e o Norte de África (Figura 2.9). Na África subsariana, a predominância dos fluxos públicos sobre os privados e a importância do crédito dos bancos multilaterais de desenvolvimento ajudaram a conter o peso da dívida de curto prazo na dívida total, mantendo-o abaixo de 10% nos últimos anos. Consequentemente, a dívida externa tem um carácter menos volátil e reversível. No Norte de África, pelo contrário, o peso da dívida de curto prazo na dívida externa total tem vindo a crescer, atingindo 22.5% em 2014.

Figura 2.9. Dívida de curto-prazo em África, em % da dívida externa total, 2004-14



Fonte: Banco Mundial (2016c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391312>

A queda do preço do petróleo e dos metais de base, registada desde 2014, tornará os países exportadores de matérias-primas mais vulneráveis à dívida. A última lista de análise da sustentabilidade da dívida nos países de rendimento baixo (para o Trust Fund de Crescimento e Redução da Pobreza) revela que, em 2015, as perspetivas sobre a sustentabilidade da dívida pioraram nos Camarões, Etiópia, Gana, República Centro-Africana, República do Congo e Zâmbia. A vulnerabilidade da dívida era já elevada no Burundi e no Chade, enquanto o Sudão e o Zimbábwe figuravam em situação de sobre-endividamento. Entre os países elegíveis para o *trust fund*, as perspetivas sobre sustentabilidade da dívida melhoraram apenas no Senegal, devido à incorporação do alto valor de remessas dos emigrantes na análise da dívida do país.

As remessas são um recurso importante e estável para o desenvolvimento africano

As remessas dos emigrantes representam uma fonte fundamental de capital para os países africanos. Essas podem ser aproveitadas para incentivar o investimento e o crescimento, mas os esforços para maximizar o seu impacto no desenvolvimento enfrentam grandes obstáculos. Para além disso, a recente evolução nos países ricos em

recursos naturais do Médio Oriente e na Rússia, bem como a relativa estagnação do crescimento da União Europeia, apontam para uma possível diminuição das remessas.

Estima-se que existam 23.2 milhões de migrantes provenientes de países da África subsariana, dos quais 26% residem em países da OCDE e 65.6% no continente africano (Banco Mundial, 2016b). Os principais países de origem dos migrantes são o Burkina Faso, a Côte d'Ivoire, a República Democrática do Congo, a Nigéria, a Somália e o Sudão. Por sua vez, os países africanos receberam 18 milhões de migrantes, a maioria dos quais na África do Sul, Côte d'Ivoire, Etiópia, Nigéria e Quênia.

Os países desenvolvidos são as principais fontes de remessas para África, mas países como os Camarões (2.4 mil milhões de USD, em 2015), a Côte d'Ivoire (1.3 mil milhões de USD) e a África do Sul (1.1 mil milhões de USD) transferiram grandes fluxos de remessas para outros países africanos. Quase metade das remessas enviadas para África provém de quatro países: Estados Unidos (8.4 mil milhões de USD), Arábia Saudita (8.3 mil milhões de USD), França (6.9 mil milhões de USD) e Reino Unido (5.2 mil milhões de USD) (Banco Mundial, 2015a). Em 2015, as remessas bilaterais para África atingiram 63.8 mil milhões de USD. O maior montante de remessas em percentagem do PIB destinou-se a alguns países de rendimento baixo, como a Libéria, a Gâmbia, as Comores e o Lesoto (Tabela 2.3).

Tabela 2.3. Os quinze principais países recetores de remessas em África, 2015
(em percentagem do PIB)

	% PIB	USD per capita	Mil milhões de USD, preços correntes
Libéria	28.18	132.17	0.57
Gâmbia	23.74	91.24	0.18
Comores	22.76	167.74	0.13
Lesoto	19.87	211.17	0.40
Cabo Verde	11.81	369.47	0.19
Senegal	11.54	107.84	1.61
São Tomé e Príncipe	8.93	143.33	0.03
Togo	8.30	48.00	0.34
Mali	8.17	54.90	0.89
Marrocos	6.48	199.37	6.68
Tunísia	5.17	206.17	2.29
Madagáscar	4.49	17.64	0.43
Guiné-Bissau	4.41	25.68	0.05
Nigéria	4.23	116.75	20.86
Uganda	4.22	26.39	1.05
Benim	2.70	19.13	0.21

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2015b).

Continuará a existir uma disparidade na distribuição regional das remessas

As remessas oficiais para África estão distribuídas de forma desigual, tendo o Norte de África (49.5%) e a África Ocidental (40.8%) recebido a maior parte desses fluxos em 2014 (Figura 2.10). As estimativas de 2015 apontam para uma estabilidade das remessas para o Norte de África, com um valor na ordem dos 31.7 mil milhões de USD, prevendo-se um aumento para 32.1 mil milhões de USD, em 2016 (Banco Mundial, 2015b). O Egito tem registado um aumento constante das remessas (7.1 mil milhões de USD, em 2009, e 20.4 mil milhões de USD, em 2015) e é atualmente o principal recetor de remessas no Norte de África. Outros países receberam igualmente grandes fluxos de remessas, como Marrocos (6.9 mil milhões de USD, em 2014, e 6.7 mil milhões de USD, em 2015) e a Tunísia (2.3 mil milhões de USD, em 2014 e 2015).

Prevê-se que as remessas para a África subsariana cresçam 1.6% em 2015, atingindo 32.3 mil milhões de USD, e que continuem a aumentar em 2016, para um valor de 33.6 mil milhões de USD. A Nigéria, por si só, representa aproximadamente dois terços das remessas totais para a África subsariana, mas os valores para este país mantiveram-se estagnados em 2014 e 2015, em torno dos 21 mil milhões de USD. Verificaram-se aumentos consideráveis no Quênia (10.7%), na África do Sul (7.1%) e no Uganda (6.8%).

A dependência das remessas é variável. Nas Comores, Gâmbia, no Lesoto e na Libéria e, as remessas dos emigrantes equivaleram a cerca de 20% do PIB, em 2015.

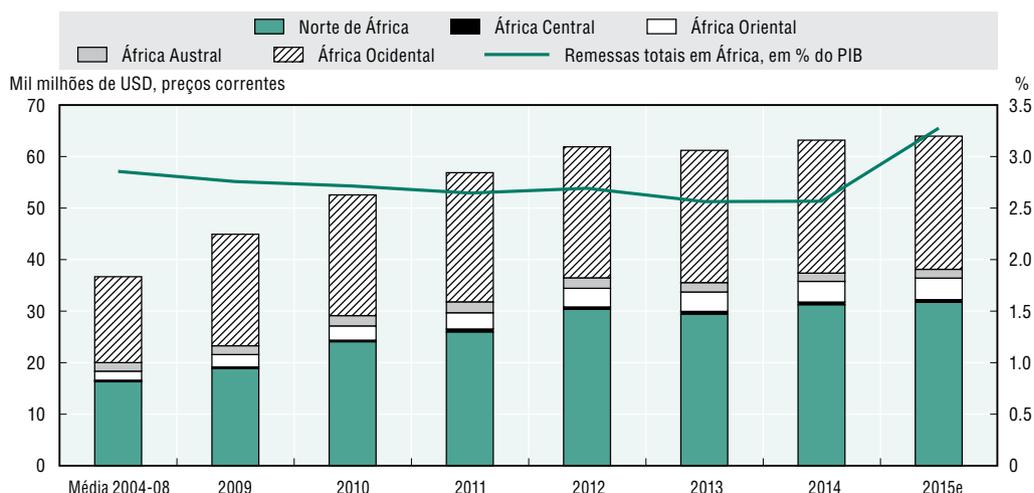
As previsões apontam para um abrandamento do crescimento das remessas para África, devido ao fraco crescimento económico na Europa, ao impacto da queda dos preços do petróleo no Médio Oriente, à depreciação do Euro e ao reforço dos controlos de imigração em muitos países de origem das remessas.

Ademais, os países com uma grande população de migrantes poderiam aproveitar o potencial das remessas para desenvolverem o seu setor financeiro e incentivarem o investimento e o crescimento económico. No entanto, é necessário um aumento da transparência.

Vários países africanos estão a explorar o mercado dos fundos de remessas por meio da “emissão de títulos da diáspora”, que têm como objetivo o investimento nos países de origem dos migrantes. Os recursos angariados através de títulos da diáspora podem ser usados para financiar projetos que beneficiam os emigrantes, tais como habitação, escolas, hospitais e infraestruturas. De acordo com dados do Banco Africano de Desenvolvimento, África poderia angariar 17 mil milhões de USD por ano através da utilização das remessas futuras como garantia. Existem uma série de obstáculos que impedem os países africanos de aproveitarem todas as vantagens das remessas.

Os baixos preços do petróleo podem reduzir as remessas provenientes de países do Golfo, a médio e longo prazo. A curto prazo, porém, a existência de grandes reservas de divisas e de situações orçamentais sólidas pode suportar as despesas correntes, adiando o impacto da queda nas receitas petrolíferas no emprego dos migrantes. Prevê-se que as remessas para a totalidade do continente africano aumentem em 2016, atingindo 65.7 mil milhões de USD (Banco Mundial, 2016b). No entanto, o conflito no Médio Oriente tem causado o deslocamento forçado de populações e continua a ser um importante fator de risco para as remessas.

Figura 2.10. Remessas em África, por sub-região, 2004-15
(mil milhões de USD a preços correntes)



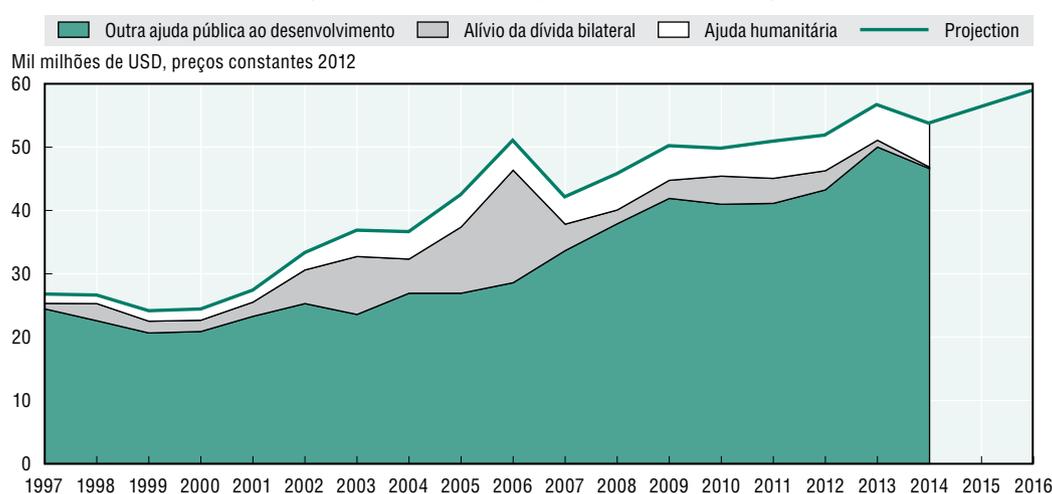
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2015b).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391328>

A ajuda pública ao desenvolvimento estabilizou, mas fica aquém dos compromissos públicos

Entre 2012 e 2013, verificou-se um grande aumento da ajuda pública ao desenvolvimento líquida em África, de um valor baixo, na ordem dos 21 mil milhões de USD (a preços constantes de 2012) para um pico de 50 mil milhões de USD (Figura 2.11). Em 2014, de acordo com dados da OCDE, a APD total líquida voltou a descer cerca de 3 mil milhões de USD. Devido ao forte crescimento do PIB, o peso da ajuda ao desenvolvimento nos países recetores em África decresceu de 2.63% do PIB em 2009 para menos de 2%, em 2014. A Ajuda Programável por País (APP) – ou seja, o volume de ajuda que os doadores programam atribuir a um determinado país – é considerada um bom indicador da APD e deverá aumentar a partir de 2015.

Figura 2.11. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, 1997-2016

(mil milhões de USD a preços constantes 2012)



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados da OCDE (2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391338>

Na Agenda de Ação de Adis Abeba (UNDESA, 2015a), adotada na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento e endossada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, os fornecedores de APD reafirmaram os compromissos anteriores. Muitos países desenvolvidos prometeram atingir a meta de afetarem 0.7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) à APD e entre 0.15% e 0.20% do RNB aos países menos avançados (PMA). Os membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE comprometeram-se ainda a reverter o declínio da APD para África, reafirmando a meta geral de 0.7% do RNB. A Agenda de Ação de Adis Abeba apela especificamente aos doadores que mantenham um nível mínimo de APD não inferior ao de 2013.

A ajuda multilateral e a APD dos doadores do CAD continuam estáveis

A ajuda multilateral para África continuou estável em 2014, atingindo 20.6 mil milhões de USD, um valor similar ao registado em 2013. Em 2014, os principais contributos provêm das instituições da União Europeia (6.7 mil milhões de USD), da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) (6.4 mil milhões de USD), do Fundo Global (2 mil milhões de USD) e do Fundo Africano de Desenvolvimento (1.9 mil milhões de USD). Entre 2013 e 2014, as instituições da UE aumentaram a APD para África em 13.6%, enquanto o Fundo Global diminuiu os desembolsos em 22%.

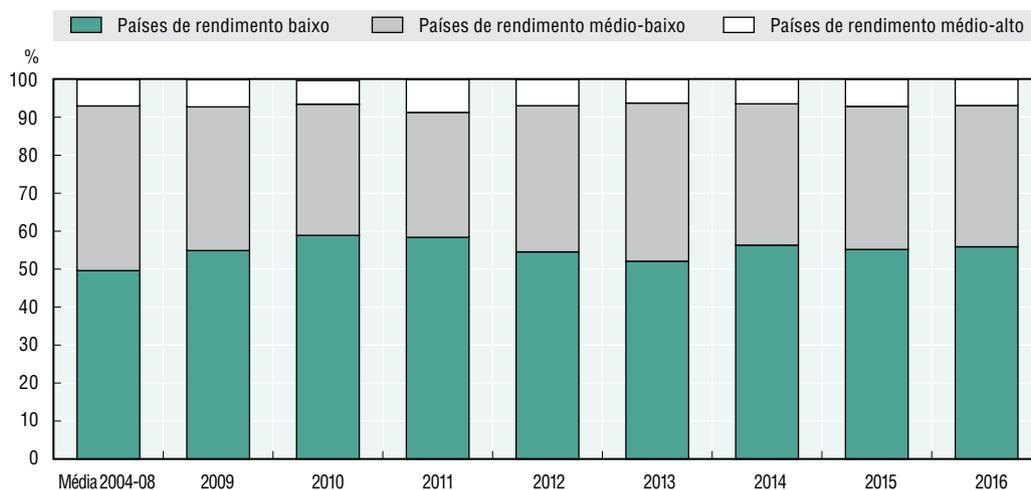
A ajuda multilateral para África poderá ser substituída por empréstimos multilaterais não-concessionais, originando uma queda desta ajuda nos próximos dez anos. Quando o rendimento per capita dos países cresce acima do limiar de elegibilidade para a AID, estes perdem o direito a ajuda multilateral, independentemente de poderem ter um grande número de pessoas a viver em pobreza extrema. Segundo as previsões de Reisen e Garroway (2014), em 2025, os Camarões, a Guiné, o Quênia, a Mauritânia e o Senegal ultrapassarão o limiar de elegibilidade para a AID (RNB per capita menor do que 1 215 USD, em 2016). Estes autores preveem também que a Côte d'Ivoire, o Gana, o Lesoto e a Nigéria ultrapassem o anterior limite de elegibilidade para a IDA mais elevado, de 1 965 USD.

A ajuda bilateral dos doadores membros do CAD também se manteve praticamente estável em 2014, atingindo cerca de 29 mil milhões de USD. Os principais doadores foram os Estados Unidos (9.3 mil milhões de USD), o Reino Unido (4.3 mil milhões de USD), a Alemanha (3 mil milhões de USD) e a França (2.9 mil milhões de USD). Em 2014, a APD proveniente de países não-membros do CAD listados nas estatísticas da OCDE registou uma queda, principalmente devido aos cortes na ajuda dos Emirados Árabes Unidos, Turquia e Kuwait. A ajuda dos países não-membros do CAD diminuiu cerca de 25% – atingindo 4.4 mil milhões de USD – em grande parte resultante de um decréscimo da ajuda ao Egito por parte da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos.

Só pouco mais de metade da APD para África é destinada aos países de rendimento baixo

Os países de rendimento baixo (PRB, ou LIC, na sigla inglesa) são o destino de pouco mais de metade da APD para África. (Figura 2.12). O peso dos PRB na ajuda ao desenvolvimento afetada a África registou um máximo de 58.9%, em 2010, e decresceu para 52.1% em 2013, recuperando ligeiramente em 2014. Em valores absolutos, a APD para os PRB em África não registou variações, entre 2011 e 2014, situando-se em cerca de 27 mil milhões de USD por ano. Em 2015, estima-se que tenha aumentado para 27.5 mil milhões de USD. De acordo com as projeções da APP, a distribuição da APD para os países africanos de rendimento baixo, médio-baixo e médio-alto deverá manter-se praticamente estável em 2016.

Figura 2.12. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, por grupo de rendimento, 2004-16



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados da OCDE (2016).

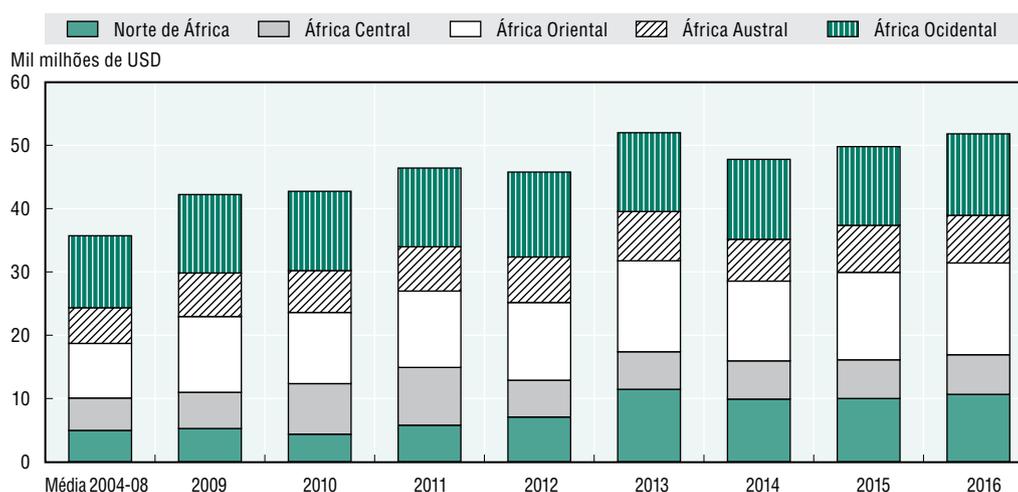
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391341>

A África Oriental e a África Ocidental são as principais regiões recetoras de APD

A África Oriental e a África Ocidental são as regiões que recebem mais ajuda pública ao desenvolvimento do conjunto dos doadores registados (Figura 2.13). A Etiópia (com 3.6 mil milhões de USD), o Quênia (2.7 mil milhões de USD) e a Tanzânia (2.6 mil milhões de USD) são os principais recetores na África Oriental, enquanto a Nigéria (com 2.5 mil milhões de USD) encabeça a lista na África Ocidental. Entre os principais recetores de ajuda no continente africano estão também o Egito (3.5 mil milhões de USD), Marrocos (2.2 mil milhões de USD) e Moçambique (2.1 mil milhões de USD). Estes sete países representam, no seu conjunto, 36% da ajuda ao desenvolvimento total em África.

Entre 2013 e 2014, vários países da África Austral, como a África do Sul, a Angola, o Lesoto e a Suazilândia registaram uma redução da ajuda ao desenvolvimento recebida. Os países do Norte de África receberam menos 13.5% de ajuda, principalmente devido à diminuição da APD para o Egito e para o Sudão.

Figura 2.13. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, por região, 2004-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da OCDE (2016).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391352>

As estimativas apontam para um aumento da Ajuda Programável por País em África

A *Global Outlook on Aid 2015* (OCDE, 2015) indica que a ajuda específica por país, destinada aos países mais pobres, deverá, após vários anos de declínio, apresentar uma recuperação, como indica os compromissos firmados pelos doadores

Este relatório disponibiliza uma visão geral da afetação global da ajuda ao desenvolvimento até 2018, com base no Inquérito do CAD às Despesas Futuras dos Doadores 2015, mapeando os fluxos da Ajuda Programável por País (APP). O relatório salienta a existência de um aumento programado da ajuda a partir de 2015 (Tabela 2.4).

Tabela 2.4. Ajuda Programável por País em África, estimativas e projeções (mil milhões de USD)

	2014	2015	2016	2017	2018
África subsariana	35.1	37.1	38.6	38.9	39.4
Norte de África	8.8	8.7	9.0	9.3	9.4
África, Total	45.5	47.4	49.3	49.9	50.6

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da OCDE (2016).

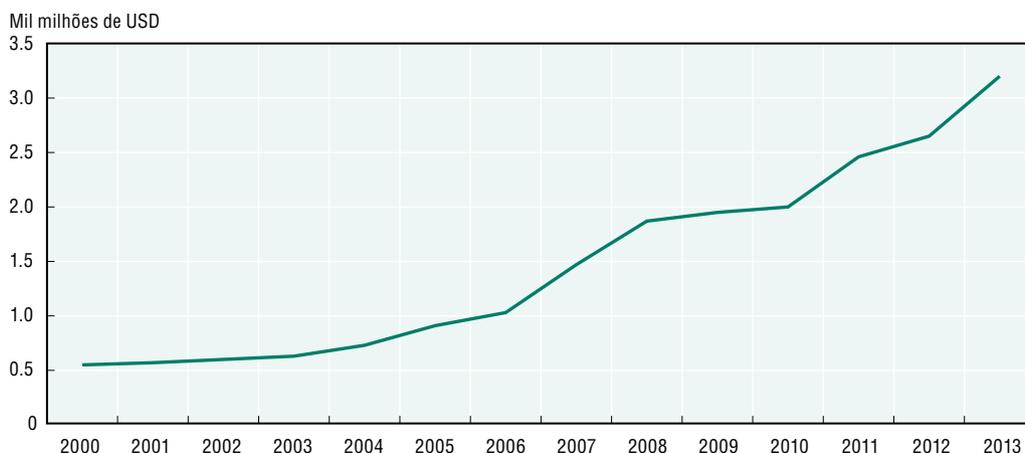
De acordo com o inquérito de 2015 às despesas futuras dos doadores, previa-se que a APP aumentasse 2.7 mil milhões de USD em 2015. As agências multilaterais estão a intensificar os seus esforços, realizando desembolsos maiores após receberem injeções de capital. Os países menos desenvolvidos e de rendimento baixo beneficiarão deste aumento, estimando-se um crescimento real da ajuda na ordem dos 5.7%, em 2015. No mesmo ano, a APP geral para os países de rendimento baixo-médio (LMIC, na sigla inglesa) deverá manter-se estável, assinalando que o financiamento dos doadores para este grupo de países se encontra salvaguardado. No que respeita aos países de rendimento médio-alto, a APP deverá descer 4.4%, principalmente no caso dos países de rendimento mais elevado.

Em termos geográficos, as projeções indicam que a APP para a África subsariana deverá crescer mais do que noutras regiões, prevendo-se um aumento de 5.7%, devido aos empréstimos concessionais. A APP geral deverá manter-se estável até 2018, incluindo um aumento da ajuda para os países menos avançados, após a decisão dos membros do CAD (dezembro de 2014) de alocarem mais Ajuda Pública ao Desenvolvimento aos países com maiores necessidades. Dois terços dos países menos avançados registarão um aumento da APP, salientando-se uma atenção particular aos países afetados pelo Ébola, como a Guiné.

Verifica-se um aumento da ajuda ao desenvolvimento da China para África

Estima-se que haja um aumento da ajuda da China para África, embora as estimativas do volume total sejam muito diversas. A ajuda chinesa para África não é reportada pela OCDE e não está incluída, portanto, nos dados acima referidos. O governo chinês também não disponibiliza informação detalhada sobre a sua ajuda externa total. A *China Africa Research Initiative* fornece informação baseada no Anuário Estatístico da China e em outras fontes chinesas. A Figura 2.14 mostra uma clara tendência ascendente da ajuda chinesa para África, aumentando de aproximadamente 600 milhões de USD em 2000, para 3.2 mil milhões de USD, em 2013.

Figura 2.14. Ajuda externa da China
(mil milhões de USD)



Fonte: China Africa Research Initiative (2016).
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391369>

As receitas internas diminuem com a queda das receitas provenientes dos recursos naturais

De acordo com os dados recolhidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento através das missões de país realizadas para o *Perspetivas económicas em África*, após uma década de crescimento da mobilização interna de recursos financeiros, a queda do preço dos recursos naturais refletiu-se nas receitas públicas internas do continente. No entanto, os países sem recursos naturais aumentaram as suas receitas fiscais e o rácio dos impostos e relação ao PIB.

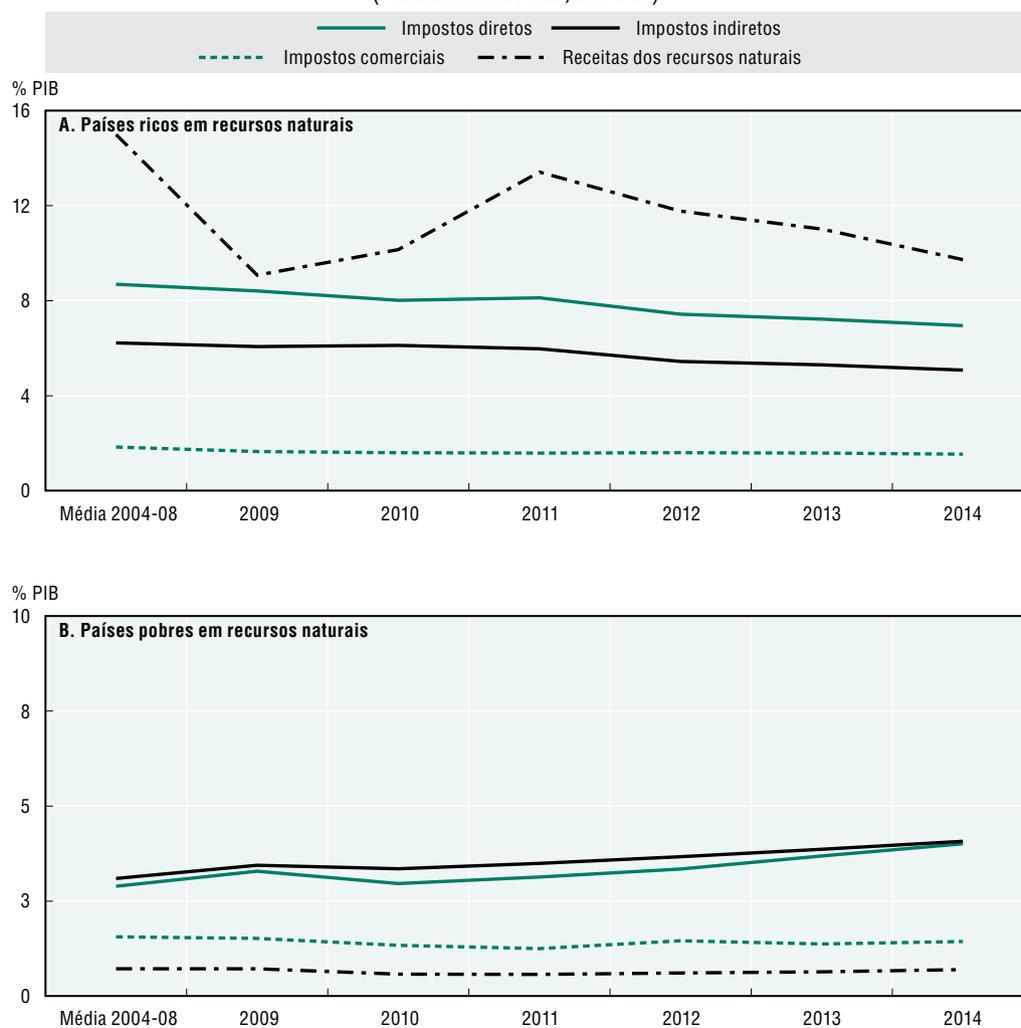
A Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015 (UN, 2015a), definiu as receitas públicas internas como uma área prioritária de atuação. A mobilização de receitas públicas é crucial para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas sobre o aumento dos níveis de produtividade e sobre um crescimento mais inclusivo. A mobilização de recursos internos reforça a apropriação dos países relativamente às políticas públicas e permite a transição para uma maior autonomia financeira. Os países africanos ainda enfrentam enormes desafios para coligir mais e melhores impostos, principalmente devido à sua estrutura económica e à prevalência do setor informal.

A queda acentuada das receitas provenientes de recursos naturais causou um decréscimo das receitas totais desde 2013

Até 2013, o continente africano registou um aumento das suas receitas públicas internas, conseguindo arrecadar, nesse ano, um total de 468 mil milhões de USD. Desde então, porém, este volume tem diminuído devido à queda das receitas provenientes dos recursos naturais. Em 2014, as autoridades tributárias em África arrecadaram 461 mil milhões de USD, o que corresponde a um decréscimo anual de 1.5%. A queda acentuada das receitas públicas nos grandes países ricos em recursos naturais em 2015 determinou uma redução nas receitas públicas totais em África. Segundo dados de 2014, as receitas públicas nos países africanos ricos em recursos naturais (373 mil milhões de USD) ficaram muito acima das receitas dos países pobres em nesses recursos (88 mil milhões de USD).¹

As receitas provenientes dos recursos naturais – que abrangem desde a extração de petróleo ou recursos minerais, até algumas culturas agrícolas como a exportação de cacau – são o fluxo que mais contribui para as receitas em África. No entanto, após atingirem um valor máximo de 171 mil milhões de USD em 2012, estas receitas têm vindo a decrescer. Entre 2013 e 2014, caíram 8.3%, situando-se nos 155 mil milhões de USD. Em 2015, estas receitas registaram uma queda acentuada na África do Sul, Angola, Argélia, Gana, Líbia e Nigéria, principalmente devido à queda dos preços do petróleo e recursos minerais. Alguns países registaram, desde 2013, uma redução de 20% nas receitas dos recursos naturais. No entanto, na Côte d'Ivoire, no Sudão e na Zâmbia esta tendência não se verificou, não obstante a descida dos preços do petróleo e do cobre. Nos países africanos ricos em recursos naturais, o peso destas receitas no PIB atingiu 26.3% no ano mais favorável – 2012 – e desceu para 23.3% em 2014.

Figura 2.15. Estrutura fiscal em África: países ricos em recursos versus países pobres em recursos
(rácios receitas-PIB, 2004-14)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados das *Perspetivas económicas em África*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391378>

Os países pobres em recursos naturais registam um aumento nas receitas e dos rácios fiscais

Os países pobres em recursos naturais têm vindo a aumentar as receitas públicas, diversificando para além dos impostos comerciais e apostando na tributação direta sobre o rendimento e sobre os lucros, bem como em impostos indiretos sobre o consumo. Entre 2010 e 2014, as receitas públicas nestes países aumentaram de 62 mil milhões para 88 mil milhões de USD. Sendo assim, tais receitas cresceram mais do que o PIB, dado que o rácio fiscal médio nos países pobres em recursos naturais aumentou de 8.2% para 10.2%, no mesmo período.

Os rácios fiscais são ainda muito baixos, se comparados com os padrões internacionais. Nos países da OCDE, as receitas fiscais representam, em média, 34.4% do PIB. O ajustamento do rácio impostos-PIB às diferenças estruturais (principalmente o PIB per capita, a composição setorial da produção, o grau de urbanização e a abertura comercial) resulta na medida do esforço fiscal, ou seja, a relação entre a coleta efetiva de impostos de um país e as suas receitas fiscais potenciais. África apresenta uma grande diversidade em termos de esforço fiscal. Daude et al. (2012) constaram que, em 2008, muitos países africanos superaram o índice de esforço fiscal internacional.

Caixa 2.3. Nova base de dados com estatísticas comparáveis das receitas em África

Com o objetivo de aumentar a comparabilidade, qualidade e acessibilidade dos dados sobre receitas públicas em África, a Comissão da União Africana, o Fórum Africano de Administração Fiscal e a OCDE lançaram em Março de 2016 a primeira edição das *Estatísticas sobre Receitas em África*, com o apoio do BAD, da Organização Mundial das Alfândegas e do *Centre de rencontres et d'études des dirigeants des administrations fiscales* (CREDAF) (ver a Caixa 2.4 em BAD et al., 2015).

Os funcionários da administração tributária da África do Sul, Camarões, Côte d'Ivoire, Marrocos, Maurícias, Ruanda, Senegal e Tunísia trabalharam com as instituições parceiras no sentido de organizarem os dados sobre receitas entre 1997 e 2014, seguindo as diretrizes do sistema de classificação fiscal já utilizado noutros 57 países no mundo. Isto tornou, pela primeira vez, as suas estatísticas efetivamente comparáveis entre si e com outros países.

Esta nova base de dados facilitará a análise de políticas, a medição e previsão sobre o impacto das reformas, a definição de políticas comuns no âmbito das comunidades económicas regionais, a identificação de boas práticas, o envolvimento no diálogo internacional e a aprendizagem entre pares, bem como o reporte aos cidadãos e aos representantes eleitos.

O trabalho desenvolvido é um contributo para o lançamento da Estratégia para a Harmonização Estatística em África, definida pelo capítulo financeiro da Carta Africana sobre Estatística. Essa contribui igualmente para o plano de implementação a dez anos (2014-2023) da Agenda 2063 da União Africana, que pretende “desenvolver e implementar enquadramentos políticos para as estatísticas das receitas e inclusão fiscal em África”. No plano global, este trabalho contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente para a meta 17.1 – “melhorar a capacidade nacional para coleta de impostos e outras fontes de receita” e para a meta 17.19 – “apoiar o reforço da capacidade estatística nos países em desenvolvimento”.

Fonte: OCDE/ATAF/CUA (2016).

Nos países ricos em recursos naturais, o rácio das receitas em relação ao PIB caiu em todas as categorias

A análise dos rácios de receitas em relação ao PIB aponta para dois grupos distintos de países. Nos países ricos em recursos naturais, estes rácios caíram em todas as categorias de impostos, após a queda acentuada dos preços internacionais se ter refletido negativamente nas suas receitas. Entre 2011 e 2014, o peso das receitas provenientes dos recursos naturais no PIB diminuiu de 13.4% para 9.7%, o que corresponde a 3.7 pontos percentuais. Em 2013, as receitas dos recursos naturais representavam ainda mais de 80% do total de receitas e 20% do PIB em países ricos em petróleo, como Angola, Argélia, Congo, Guiné Equatorial e Líbia (BAD/OCDE/PNUD, 2015).

Os países ricos em recursos naturais sofreram, igualmente, uma queda pró-cíclica do rácio dos impostos em relação ao PIB, tanto nos impostos diretos sobre o rendimento e o lucro, como nos impostos indiretos, tal como demonstrado pela Figura 2.15. O rendimento baseado nos recursos naturais domina as economias destes países, pelo que é um desafio enorme tentar diversificar e direcionar mais as receitas para o rendimento, os lucros e o consumo. As bases fiscais são também afetadas pela queda dos preços das matérias-primas em países ricos em recursos, a menos que toda a economia se afaste dos setores de recursos naturais. A implementação de impostos progressivos sobre o rendimento poderia atenuar as características pró-cíclicas da tributação dos rendimentos.

Os impostos diretos e indiretos sobem gradualmente nos países africanos pobres em recursos

Os países pobres em recursos naturais conseguiram alargar a sua base fiscal e arrecadar receitas através de mais impostos diretos e indiretos. A Figura 2.15 demonstra o aumento contínuo do peso dos impostos diretos e indiretos em relação ao PIB. Isto ajudou os países pobres em recursos a aumentarem o seu rácio fiscal total (não ponderado) de 8.5% em 2011, para 10.2% em 2014. O bom desempenho do crescimento económico e o aumento da coleta de impostos permitiram a mobilização de recursos internos, embora os rácios fiscais nos países africanos pobres em recursos continuem a ser baixos, se comparados com outros países.

Vários países da África Oriental destacaram-se em 2015, por aumentarem as receitas provenientes de impostos indiretos (principalmente sobre o consumo) e de impostos diretos sobre os rendimentos e sobre os lucros das empresas. Entre 2012 e 2015, a Etiópia duplicou as receitas dos impostos diretos e indiretos, enquanto o Quênia e o Ruanda revelaram uma tendência ascendente e dinâmica das receitas fiscais. No geral, os países pobres em recursos naturais da África Ocidental têm uma estrutura equilibrada de impostos diretos, indiretos e comerciais, a qual deverá contribuir para manter um fluxo estável e previsível de recursos para financiar a ação pública.

É necessário que os fluxos financeiros e as receitas públicas gerem benefícios sustentáveis

A mobilização de recursos internos e externos, num contexto de descida dos preços das matérias-primas e de ajustamento da economia chinesa, gera novos desafios políticos, mas também novas oportunidades. Surgem questões sobre de que forma os governos dos países exportadores de matérias-primas podem absorver a perda de receitas no curto prazo. A longo prazo, é também importante que os governos africanos apostem na diversificação das suas economias, para garantirem que os fluxos financeiros e as receitas públicas se traduzem em benefícios sustentáveis.

Existe um vasto conjunto de políticas possíveis, para uma grande diversidade de países. A principal distinção estrutural é entre países exportadores e países importadores líquidos de combustíveis fósseis e metais industriais. No plano financeiro, a principal diferença está no nível de poupanças internas, na sustentabilidade da dívida externa e no nível de reservas de divisas. Outra distinção diz respeito ao grau de flexibilidade da taxa de câmbio. Por fim, a qualidade da governação e das instituições nacionais desempenha um papel fundamental na forma como os recursos financeiros são usados para tornar o crescimento mais inclusivo e sustentável.

Um dos grandes desafios de curto prazo é a estabilização do financiamento para o desenvolvimento. A redução dos fluxos financeiros externos requer um aumento das receitas fiscais internas, maiores incentivos à entrada de fluxos externos e uma melhor utilização das reservas externas, para se evitarem medidas de austeridade:

- **Necessidade de poupança.** África é a região do mundo com a menor taxa de poupança. Isto retrai o investimento e a produção futura. A taxa de poupança interna no continente africano tem diminuído desde 2009 e continuará a cair em 2015, atingindo apenas 15.4% do PIB, segundo a previsão do FMI (2015a). Comparativamente, estima-se que a taxa média no conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento em 2015 seja de 31.9%. Um estudo recente do FMI (2015c) afirma que um país médio da África subsariana pode aumentar as suas receitas fiscais entre 3 a 6.5 pontos percentuais. Num contexto de baixos preços do petróleo, os países poderão equacionar a eliminação dos subsídios petrolíferos e o aumento

de receitas fiscais não-petrolíferas, nomeadamente através do aumento do imposto sobre valor acrescentado (IVA). No entanto, a diversificação económica é importante para sustentar estas receitas fiscais não-petrolíferas.

- **Reformas tributárias.** Com o recuo das receitas provenientes dos recursos naturais, os países devem alargar a sua base fiscal para além do setor extrativo, compreendendo, assim, os impostos baseados no consumo. As receitas baseadas nos recursos naturais podem responder de forma inesperada aos desafios, como demonstra o exemplo da República Democrática do Congo. O governo congolês, apesar da queda dos preços das matérias-primas, arrecadou um valor recorde de 2 mil milhões de USD em 2014. A Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (EITI, 2016) salientou os esforços da RDC para melhorar a transparência financeira. Os países ricos em recursos naturais tendem a ser intensivos em energia e carbono. Os impostos sobre o carbono, previstos na África do Sul, podem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e diversificar a base fiscal.
- **Aumento do rácio impostos-PIB.** Os países sem riquezas naturais devem aumentar o seu rácio de impostos relativamente ao PIB para um valor de referência mínimo de 20%, tal como proposto pela *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN, 2013). Os países devem investir no reforço de sistemas de avaliação e coleta de impostos, bem como garantir o seu cumprimento, melhorar a eficiência da despesa e restringir os fluxos financeiros ilícitos.
- **Obrigações de risco.** Os incentivos à entrada de fluxos externos devem ser acompanhados de disciplina financeira. A emissão de títulos de curto prazo em moeda estrangeira para colmatar lacunas de financiamento é uma opção arriscada. Alguns fluxos financeiros podem criar distorções, como a expansão do crédito e a apreciação da taxa de câmbio, devido à garantia de crédito implícita e à falta de regulação dos setores financeiros. As retiradas bruscas podem causar uma crise; os custos de resgate e essa crise traduzem-se, por sua vez, numa diminuição das poupanças. Os fluxos financeiros geradores de dívida são inferiores ao investimento direto estrangeiro, o qual está associado a um maior crescimento do PIB (Reisen e Soto, 2001).
- **Reforço das reservas.** A utilização das reservas públicas de divisas (ou dos stocks de reserva, como no Chile), pode ajudar alguns países a prepararem-se para períodos conturbados. No entanto, a redução das reservas abaixo de certos níveis (como o nível de dívida externa e interna de curto-prazo) pode desencadear ataques contra a moeda, como verificado na Zâmbia em 2015. A diferença entre o aumento do custo dos *Eurobonds* em moeda local – 20% em média, em África – e a diminuição das taxas de crescimento para percentagens de um dígito criam dinâmicas de dívida pouco sustentáveis, que não podem ser compensadas por um excedente nas contas orçamentais ou correntes.

Para além de lidarem com os efeitos de curto prazo dos choques externos, os governos africanos devem implementar com determinação políticas estruturais de médio a longo prazo. A Agenda 2063 da União Africana (UA, 2015) define sete objetivos, incluindo a transformação económica e social. A população africana é a mais jovem do mundo – com quase 200 milhões de pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade – e está em rápido crescimento. Metade do aumento da mão-de-obra mundial nos próximos 25 anos será proveniente de África.

África tem de criar empregos produtivos para uma nova mão-de-obra que pode atingir os 500 milhões de pessoas. O setor das matérias-primas é demasiado intensivo em capital para poder proporcionar essa oportunidade à população jovem. Enquanto os países exportadores de matérias-primas foram fortemente atingidos pelo abrandamento

da economia chinesa – nomeadamente, a Angola, a Nigéria e a Zâmbia –, outros países demonstram grande resiliência, como a Etiópia, o Moçambique, o Quênia e o Uganda. Estes países foram forçados a diversificar as suas economias, em **parte devido à escassez** de matérias-primas. A forma como as economias africanas conseguirão ultrapassar os desafios gerados pela queda do preço das matérias-primas dependerá das suas vantagens comparativas, da qualidade da política económica e da implementação rápida de medidas. Tal como salientado no PEA 2015 (BAD/OCDE/PNUD, 2015), a solução não se encontra num único setor. A mão-de-obra tem de ser absorvida por vários setores, como a indústria transformadora de trabalho intensivo, o processamento das matérias-primas, ou o aumento da produtividade agrícola e do emprego no setor rural. A integração regional é fundamental para que África concretize todo o seu potencial de crescimento, para participar na economia mundial e para partilhar os benefícios de um mercado global cada vez mais interligado. O comércio regional continua a ser dificultado pelas insuficiências nas infraestruturas em África. A construção de infraestruturas, a eliminação de obstáculos ao investimento empresarial e a promoção da educação merecem uma atenção especial no âmbito da Agenda 2063, contribuindo para os objetivos da transformação estrutural em África.

- **Redução da volatilidade.** O investimento direto estrangeiro, os créditos bancários e os investimentos de carteira refletem o contexto económico global, mas os fatores internos também contribuíram para a turbulência. São necessárias reformas normativas e uma maior estabilidade, incluindo o reforço da ação contra ameaças de grupos militantes, que tiveram efeitos negativos no crescimento dos países afetados.
- **Aumento da ajuda ao desenvolvimento.** As perspetivas da ajuda em África devem observar a Agenda de Ação de Adis Abeba, onde se apela a que os doadores mantenham um nível mínimo de APD não inferior ao de 2013. A APD deve ser direcionada de forma prioritária para os países de rendimento baixo e médio-baixo em África.
- **Remessas.** Os recursos financeiros dos trabalhadores emigrantes representam uma fonte fundamental de financiamento em África. Estes fundos podem impulsionar o crescimento e serem usados como catalisadores para o desenvolvimento do setor financeiro.
- **Integração.** Alguns países beneficiam de uma maior cooperação interregional, da proximidade da Europa Ocidental e de uma cooperação mais forte com os mercados emergentes. Estes países poderão apoiar o crescimento de outros. O reforço do apoio internacional ao investimento intrarregional em corredores rodoviários, na eletricidade, em redes de internet e nos caminhos-de-ferro contribuirá para estimular o crescimento e as trocas ao nível regional.
- **Lacunas de infraestruturas.** Apesar de, nos últimos anos, se verificar um investimento significativo em infraestruturas (em grande parte, da China), os países africanos ainda ficam aquém de outros países em desenvolvimento em quase todas as medidas sobre a cobertura de infraestruturas. Os acessos a água, a transporte rodoviário e à eletricidade são particularmente reduzidos. A redução destas insuficiências nas infraestruturas estimularia o crescimento. Um estudo de 2014, realizado pela Ernst & Young e pelo Consórcio de Infraestruturas para África, demonstrou que estas lacunas estão a ser colmatadas, já que constata-se a existência de fundos disponíveis e projetos iniciados. Contudo, constatou-se que os trabalhos ainda não tinham começado em dois terços dos projetos identificados. África não precisa de identificar novas fontes de financiamento, mas sim de assegurar que os projetos planeados são concretizados dentro de um prazo razoável. Isto garante que os investidores tenham retorno dos projetos e contribui para a atração de

novos investimentos. Além disso, os países africanos devem remover os obstáculos à conclusão dos projetos, através de uma redução dos custos de fazer negócios.

- **Custos empresariais.** Os benefícios dos investimentos em infraestruturas são muito restritos se não forem acompanhados de melhorias ao nível das instituições e da regulação. De acordo com os indicadores Doing Business, do Banco Mundial (2015c), um país africano classifica-se, em média, no 151º lugar (em 189 países), em comparação com um 48º lugar médio para os países emergentes. A redução dos custos de fazer negócios atrai o investimento local e estrangeiro. África foi a região que implementou mais reformas normativas para facilitar a realização de negócios, sendo responsável por um terço das reformas no mundo, em 2015 (ver Capítulo 5).
- **Capital humano.** Não obstante os progressos realizados na última década, África ainda fica aquém de outras regiões do mundo no que respeita à saúde, educação e formação, ou seja, ao capital humano. É necessário um maior investimento nestas áreas, para apoiar o desenvolvimento industrial. A existência de muitas vagas de trabalho, num contexto de desemprego em larga escala, confirma o desfasamento das competências em África.

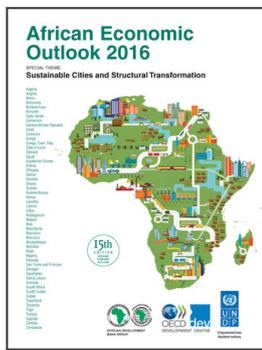
Nota

1. De acordo com o FMI (2015b), são considerados países ricos em recursos naturais: África do Sul, Angola, Argélia, Botswana, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Egito, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria, Líbia, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, República do Congo, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Sudão, Sudão do Sul e Zâmbia.

Bibliografia

- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- Banco Mundial (2016a), *Global Economic Prospects*, janeiro, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects, (consultado a fevereiro de 2016).
- Banco Mundial (2016b), *Migration and Remittances Factbook 2016*, Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD), Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/news/press-release/2015/12/18/international-migrants-and-remittances-continue-to-grow-as-people-search-for-better-opportunities-new-report-finds (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- Banco Mundial (2016c), *International Debt Statistics*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=International%20Debt%20Statistics> (consultado a 12 de janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2015a), *Migration and Remittances Data*, September, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data (consultado em janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2015b), “Migration and remittances: Recent developments and outlook – Special Topic: Financing for Development”, *Migration and Development Brief 24*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1288990760745/MigrationandDevelopmentBrief24.pdf> (consultado a fevereiro de 2016).
- Banco Mundial (2015c), *Doing Business Report 2016*, Banco Mundial, www.doingbusiness.org, (consultado a fevereiro de 2016).
- China Africa Research Initiative (2016), SAIS China Africa Research Initiative, Johns Hopkins University School of Advanced International Studies, Washington, DC, www.sais-cari.org/data (consultado a 15 de janeiro de 2016).
- CNUCED (2016), “FDI recovery is unexpectedly strong, but lacks productive impact”, *Global Investment Trends Monitor*, No. 22, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2016d1_en.pdf (consultado a 25 de janeiro de 2016).
- Daude, C., H. Gutiérrez e A. Melguizo (2012), “What drives tax morale?”, *Working Paper No. 315*, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris, DOI: 10.1787/18151949.
- ECN (2015), “Spanning Africa’s infrastructure gap: How development capital is transforming Africa’s project build-out”, *The Economist Corporate Network*, novembro, Londres, http://ftp01.economist.com/hk/ECN_papers/Infrastructure-Africa (consultado a 20 de janeiro de 2016).
- EITI (2016), *DRC’s Effort to Increase Transparency Begins to Pay Dividends*, Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas, Oslo, 19 de janeiro, <https://eiti.org/news/drc-effort-increase-transparency-begins-pay-dividends> (consultado a 25 de janeiro de 2016).
- Ernst & Young (2014), *EY’s Attractiveness Survey: Africa 2014: Executing Growth*, Ernst & Young, Londres, [www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-attractiveness-africa-2014/\\$FILE/EY-attractiveness-africa-2014.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-attractiveness-africa-2014/$FILE/EY-attractiveness-africa-2014.pdf) (consultado a 20 de outubro de 2015).
- fDi Markets (2016), *fDi Markets* (base de dados), www.fdimarkets.com (consultado a 6 de fevereiro de 2016). [trends-in-africa-2013-report-28641](http://www.fdimarkets.com/trends-in-africa-2013-report-28641).
- FMI (2015a), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa 2015*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2015/afr/eng/pdf/sreo0415.pdf (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- FMI (2015b), *Regional Economic Outlook Update: Middle East and Central Asia*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2015/mcd/eng/mreo0515.htm (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- FMI (2015c), *World Economic Outlook: Adjusting to Lower Commodity Prices*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02 (consultado a 18 de fevereiro de 2016).
- FMI (2014a), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa 2014*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2014/afr/eng/sreo0414.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- FMI (2014b), *World Economic Outlook: Legacies, Clouds, Uncertainties*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02 (consultado a 18 de fevereiro de 2016).
- ICA (2015), *Infrastructure Financing Trends in Africa – 2014*. Consórcio de Infraestruturas para África, Abidjan, www.icafrica.org/en/news-events/ica-news/article/infrastructure-financing-trends-in-africa-2014-274982 (consultado a 24 de janeiro de 2016).

- ICA (2015), *Infrastructure Financing Trends in Africa – 2014*, Consórcio de Infraestruturas para África, Abidjan, www.icafrica.org/en/news-events/ica-news/article/infrastructure-financing-trends-in-africa-2014-274982 (consultado a 24 de janeiro de 2016).
- ICA (2014), *Infrastructure Financing. Trends in Africa – 2013*, Consórcio de Infraestruturas para África, Abidjan, www.icafrica.org/en/news-events/ica-news/article/infrastructure-financing-trends-in-africa-2013-274982 (consultado a 24 de janeiro de 2016).
- Masetti, O. (2015), *African Eurobonds: Will the Boom Continue?* Deutsche Bank Research, Research Briefing, Deutsche Bank AG, Frankfurt am Main, Alemanha, <http://tinyurl.com/guxnr2j> (consultado a 15 de fevereiro de 2016).
- McKinsey (2015a), *East Africa: The next hub for apparel sourcing?*, McKinsey and Company, www.mckinsey.com/insights/consumer_and_retail/east_africa_the_next_hub_for_apparel_sourcing (consultado a 19 de fevereiro de 2016).
- McKinsey (2015b), *The growth opportunity in Africa*, McKinsey and Company, www.mckinsey.com/global-themes/employment-and-growth/the-growth-opportunity-in-africa (consultado a 19 de fevereiro de 2016).
- OCDE (2016), *CRS Aid Statistics* (base de dados), <http://stats.oecd.org> (consultado a 28 de janeiro de 2016).
- OCDE (2015), *2015 Global Outlook on Aid*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/dac/aid-architecture/2015%20FSS%20Survey%20flyer.pdf (consultado a 20 de janeiro de 2016).
- OCDE /ATAF/CUA (2016), *Revenue Statistics in Africa*, OCDE, Fórum Africano de Administração Fiscal (ATAF) e Comissão da União Africana (CUA), Publicações OCDE, Paris.
- Oxford Economics (2015), *Future Trends and Market Opportunities in the World's Largest 750 Cities. How the Global Urban Landscape Will Look in 2030*, Oxford, Inglaterra. www.oxfordeconomics.com/Media/Default/landing-pages/cities/OE-cities-summary.pdf (consultado a 18 de dezembro de 2015).
- Pigato, M. e W. Tang (2015), *China and Africa: Expanding Economic Ties in an Evolving Global Context*, Grupo do Banco Mundial, Washington DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/03/24177102/china-africa-expanding-economic-ties-evolving-global-context> (consultado a 15 de janeiro de 2016).
- PNUD (2011), *Towards Human Resilience: Sustaining MDG Progress in an Age of Economic Uncertainty*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Towards_SustainingMDG_Web1005.pdf (consultado a 20 de novembro de 2015).
- PWC (2014), *IPO Watch Africa 2014*, Price Waterhouse Cooper, <http://www.pwc.co.za/en/assets/pdf/ipo-watch-africa-2014.pdf> (consultado a 15 de dezembro de 2015).
- Reisen, H. e C. Garroway (2014), *The Future of Multilateral Concessional Finance*, BMZ/GIZ, Berlin, www.ifad.org/events/ifi_trends/giz_mcf.pdf (consultado a 15 de dezembro de 2015).
- Reisen, H. e M. Soto (2001), "Which types of capital inflows foster developing-country growth?", *International Finance*, Vol. 4(1), pp. 1-14, Primavera.
- SDSN (2013), *Uma Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável*, Relatório ao Secretário Geral das NU, Sustainable Development Solutions Network, Paris e Nova Iorque.
- UA (2015), *Agenda 2063: África que queremos*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, Setembro, <http://agenda2063.au.int> (consultado a 19 de fevereiro de 2016).
- UN DESA (2016), *World Economic Situation and Prospects 2016*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/ (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- UN DESA (2015a), *DESA Briefing Note on The Addis Ababa Action Agenda*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, www.un.org/esa/ffd/ffd3/wp-content/uploads/sites/2/2015/07/DESA-Briefing-Note-Addis-Action-Agenda.pdf (consultado a 15 de janeiro de 2016).
- UN DESA (2015b), *World Economic Situation and Prospects 2015*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/ (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- Vellos, R. (2015), *Sub-Saharan Africa's bond issuance boom*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://blogs.worldbank.org/opendata/sub-saharan-africa-s-sovereign-bond-issuance-boom> (consultado a fevereiro de 2016).



From:
African Economic Outlook 2016
Sustainable Cities and Structural Transformation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-6-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.